

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

FELIPE BORTONCELLO ZORZI

**O CONSERVADORISMO DA ARÁBIA SAUDITA:
APOIO EXTERNO, PETRÓLEO E COALIZÕES INTERNAS COMO SUPORTE
PARA A MANUTENÇÃO DO REGIME E FONTE DE INFLUÊNCIA REGIONAL**

Porto Alegre

2013

FELIPE BORTONCELLO ZORZI

**O CONSERVADORISMO DA ARÁBIA SAUDITA:
APOIO EXTERNO, PETRÓLEO E COALIZÕES INTERNAS COMO SUPORTE
PARA A MANUTENÇÃO DO REGIME E FONTE DE INFLUÊNCIA REGIONAL**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Profa. Dra. Analúcia Danilevicz
Pereira

Porto Alegre

2013

FELIPE BORTONCELLO ZORZI

**O CONSERVADORISMO DA ARÁBIA SAUDITA:
APOIO EXTERNO, PETRÓLEO E COALIZÕES INTERNAS COMO SUPORTE
PARA A MANUTENÇÃO DO REGIME E FONTE DE INFLUÊNCIA REGIONAL**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, 13 de dezembro de 2013.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Analúcia Danilevicz Pereira– Orientadora
UFRGS

Profa. Dra. Sonia Maria Ranincheski
UFRGS

Prof. Dr. Henrique Carlos de Oliveira de Castro
UFRGS

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, preciso agradecer aos meus pais, Maria Izabel e José Angelo que têm me apoiado desde sempre. Eles são certamente as pessoas que garantiram, com seu carinho, seu esforço, seu trabalho e seus conselhos (e também seu auxílio financeiro), que eu tenha chegado a esse momento da minha vida, que todos os meus estudos tenham tido uma qualidade maravilhosa, que nada me faltasse nunca e que eu sempre soubesse que não ficaria desamparado. É o amor de minha família que me ensinou o valor do esforço e da força de vontade.

Também agradeço meu irmão Fernando e meu primo José que comigo moraram e aguentaram minha personalidade difícil. Aos meus parceiros de sempre Fernanda, Luiza, Karen e Guilherme que estão sempre ao meu lado, mesmo que se passem semanas ou meses sem que nos vejamos, me oferecendo carinho, amizade e boas risadas. Às minhas primas Tatíe Fran, que no início da faculdade me deram um lugar para dormir. Também aos ótimos amigos que fiz em Londres, JB, Zakari, Kristoff e Matthew, que me ensinaram muito sobre a vida e me apresentaram a um mundo muito maior do que eu imaginava.

Obrigado a minha orientadora Analúcia por aguentar minha insistência em aparecer em sua sala com sempre mais papéis. Aos meus professores Sonia e Henrique que durante este ano difícil me deram grandes conselhos sobre a vida e a carreira. Aos meus colegas e amigos Marina, Larissa, Fernando, Adson, Gisele, Gihad, Thomás, Kanter e todos os outros que estão comigo desde o início da faculdade e que estão passando ou passaram pelo mesmo momento difícil de transição que é o fim de um curso de graduação em ciências humanas. Tristemente, agora é o momento de se entregar ao mercado e começar a fazer o que fazem todos os “cidadãos de bem” (aqui fica meu tanto de ironia), ganhar dinheiro. Ou adiar a saída da universidade e fazer mestrado, doutorado.

Peço desculpas pelos nomes que esqueci, mas vocês sabem o quão importantes são para mim. Agradeço mesmo.

“Do mesmo modo, o espírito que se forma lentamente, tranquilamente, em direção à sua nova figura, vai desmanchando tijolo por tijolo o edifício de seu mundo anterior.”

Georg Wilhelm Friedrich Hegel – Fenomenologia do Espírito (1807)

RESUMO

O presente trabalho busca demonstrar como, desde a fundação do Reino da Arábia Saudita em 1932, seu regime conseguiu evitar instabilidades que o levassem no mesmo rumo de muitas outras monarquias do Oriente Médio que durante o século XX acabaram por serem derrubadas, garantindo a manutenção de sua monarquia conservadora e o aumento de sua influência na região. Para isso, se apresenta alguns paradigmas teóricos sobre a relação entre regime e estabilidade no Oriente Médio, visando encontrar uma delimitação teórica que ajude a melhor realizar o objetivo. Então, a partir da visão de Fred Halliday (2000) e de Sean L Yom e Gregory Gause III (2012), utilizam-se os três fatores apontados pelos autores: aliados externos, renda de hidrocarbonetos e coalizões internas, para realizar uma análise histórica do caso da Arábia Saudita e descobrir como eles ofereceram o suporte necessário. Por fim, busca-se também identificar quais são as limitações atuais desse processo que podem, no longo prazo, serem fontes de instabilidade.

Palavras-chave: Arábia Saudita. Oriente Médio. Monarquia. Petróleo.

ABSTRACT

The present work aims to demonstrate how, since the foundation of the Kingdom of Saudi Arabia, the regime has been able to avoid instabilities that could take it in the same direction as many other monarchies of the Middle East which during the 20th century have ended up being overthrown, guarantying the maintenance of its conservative monarchy and the growth of its influence in the region. For this purpose, it is presented some theoretical paradigms over the relation between regime and stability in the Middle East, aiming to find a theoretical delimitation which may help to better accomplish this goal. Then, accepting the proposition of Fred Halliday (2000), and of Sean L. Yom and Gregory Gause III (2012), three factors pointed out by the authors: foreign allies, oil rents and domestic coalitions, are used to develop a historical analysis of the case of Saudi Arabia and to find out how they offered the necessary support. At last, it is also made an effort to identify which are the present limitations of this process that might be, in the long term, sources of instabilities.

Keywords: Saudi Arabia. Middle East. Monarchy. Oil.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ARAMCO -	Arabian American Oil Company
EUA –	Estados Unidos da América
FMI –	Fundo Monetário Internacional
GCC –	Conselho de Cooperação do Golfo
ONU –	Organização das Nações Unidas
SOCAL -	Standard Oil Company of California
URSS –	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 MONARQUIA E ESTABILIDADE NO ORIENTE MÉDIO	15
2.1 Os oito regimes monárquicos árabes.....	16
2.2 Dilema do Rei (<i>King's Dilemma</i>) em cheque.....	19
2.3 O Estado Rentista.....	22
2.4 Outras propostas teóricas.....	25
2.5 Três fatores que fortalecem as monarquias: Yom e Gause (2012), e Halliday (2000).....	26
3 ARÁBIA SAUDITA: ALIADOS EXTERNOS, PETRÓLEO E COALIZÕES INTERNAS.....	31
3.1 A Origem do Estado Saudita moderno.....	32
3.2 Apoio Externo: a proteção britânica e a aliança com os EUA.....	36
3.3 Petróleo: “compra” de legitimidade.....	41
3.4 As coalizões internas.....	46
3.5 A Arábia Saudita e as outras monarquias árabes.....	51
4 DESAFIOS À ESTABILIDADE DO REGIME SAUDITA NO LONGO PRAZO.....	53
4.1 A economia dependente e a mão de obra estrangeira.....	53
4.2 O conservadorismo wahhabitico, as mulheres e as novas gerações sauditas.....	56
4.3 O problema da sucessão monárquica.....	59
4.4 As mudanças geopolíticas na região.....	62
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	65
REFERÊNCIAS.....	69
ANEXO A – Coalitions, Oil, and Geopolitics.....	74

1 INTRODUÇÃO

Desde o ano de 2011 e a ocorrência, em diversos países árabes, de revoltas posteriormente chamadas de “Primavera Árabe”, percebeu-se um aumento na contestação a alguns regimes no Oriente Médio por parte da população. Países como Tunísia, Egito, Líbia, Síria e Bahrain foram ocupados por movimentos populares que pediam uma mudança nas constituições de seus regimes. Alguns deles, como Síria e Egito, ainda, depois de dois anos, não foram capazes de resolver por completo sua crise, e no primeiro a quantidade de mortos no conflito, que já ultrapassou as dezenas de milhares, continuacrescendo. Além disso, no Bahrain, a minoria xiita só foi controlada através da intervenção direta do regime saudita no seu território.

A Arábia Saudita, curiosamente umdos mais conservadores e autoritários, se não o mais, dos regimes políticos do Oriente Médio, não só foi um dos Estados que menos sofreu com revoltas, como também foi capaz de impedir a queda de uma monarquia aliada na ilha vizinha. Um Estado que mantém um grande controle sobre todos os aspectos da sociedade, que não permite que mulheres mostrem o rosto em público ou mesmo frequentem espaços públicos desacompanhadas, que proíbe bebidas alcoólicas e qualquer outro entorpecente, que tem domínio sobre todos os meios de comunicação, foi também um que sofreu com manifestações de porte pequeno que foram facilmente controladas. Certamente, não é somente a doutrina wahhabita do islã, dominante em todos os aspectos da vida social saudita, que foi capaz de manter o país estável. Como aponta Fred Halliday, religião e tradição, apesar de aspectos importantes nas monarquias árabes do Oriente Médio, são insuficientes para explicar como Estados com fundação tão recente sofram relativamente menos com instabilidades políticas quando comparados com outros regimes de sua região (2000).

O interior da Península Arábia é formado por extensivas terras áridas, onde historicamente muito pouca riqueza foi produzida. Isso fez com que a região estivesse isolada do resto do mundo árabe até o início do século XX. Seu imenso deserto era ocupado por tribos beduínas nômades e alguns assentamentos populacionais próximos a oásis, que sobreviviam da criação de rebanhos de camelos, cabras, e outros; e do comércio de mercadorias com os grandes centros nos limites da península no Mar Vermelho, no Golfo Pérsico e no Crescente Fértil. Dentre essas tribos, certamente não havia nenhum tipo de sentimento de pertencimento a uma nação, tanto que batalhas entre tribos rivais fazia parte do costume da região.

A família real saudita faz parte da história da Península Arábica desde meados do século XVIII, porém a unificação da Arábia Saudita sob a bandeira saudita foi concluída somente em 1932. Sua origem era a pequena cidade de Dariyah, próximo a Riad, que hoje é a atual capital do país. O processo de unificação certamente não foi pacífico. Longe disso, houve muitas disputas internas durante dois séculos entre as mais diversas forças políticas: tribos rivais, lideranças das Cidades Sagradas de Meca e Medina, egípcios, otomanos e outros. Contudo, os sauditas foram capazes de belicamente controlar o país, aproveitando-se do enfraquecimento do decadente Império Otomano, que dominava o Oriente Médio, e da crescente presença dos rivais britânicos na região, com os quais os sauditas conseguiram apoio e financiamento, principalmente após o início da I Guerra Mundial. Através da imposição da doutrina religiosa e do uso de guerreiros religiosos fundamentalistas chamados Ikhwans, os sauditas foram capazes de oprimir seus opositores e manter seu controle sobre o território nas primeiras décadas do século XX. Contudo, a expansão do processo de consolidação do Estado Saudita não foi possível somente com estes meios.

Neste trabalho, buscar-se-á explicar através de que mecanismos a Família Real Saudita foi capaz de sustentar o processo de consolidação do Estado e a busca por modernização da infraestrutura e da economia, sem que sua história repetisse a de tantos outros monarcas que se consolidaram em condições semelhantes no Oriente Médio no início do século XX. Durante a primeira metade do século, quase metade dos países da região eram monarquias: Arábia Saudita, Irã, Marrocos, Tunísia, Egito, Arábia Saudita, Iêmen do Norte, Omã, os Estados Trúcios (Emirados Árabes), Kuwait, Iraque, Jordânia e Líbia(ANDERSON, 1991). Destas, somente Omã e Marrocos possuíam uma monarquia cuja história de domínio real antecedia em muito o início do Século XX. As outras todas se consolidaram no poder ao longo do domínio colonial britânico e francês sobre o Oriente Médio. Desde o fim do domínio colonial, Irã, Tunísia, Egito, Iêmen do Norte, Iraque e Líbia todos derrubaram suas monarquias e instauraram outros tipos de regimes.

A compreensão do regime saudita é muito relevante para a compreensão das relações internacionais no geral, pois o país representa hoje uma das maiores forças presentes no Oriente Médio, um espaço extremamente importante tanto estratégica, quanto economicamente. Na região, se encontram cerca de 60% das reservas mundiais de petróleo, que é um dos mais importantes recursos para o funcionamento da economia mundial. Além disso, a Arábia Saudita sozinha possui as maiores reservas mundiais de petróleo e é a maior exportadora mundial do produto, o que a torna imprescindível na manutenção da estabilidade de sua oferta mundial. Tanto durante a I Guerra do Golfo, quanto durante a invasão do Iraque

em 2001 e da Líbia em 2011, os conflitos levaram a uma interrupção parcial da produção petrolífera destes países, portanto qualquer conflito na Arábia Saudita teria consequências desastrosas na economia mundial.

A função de “polícia” do Oriente Médio que a Arábia Saudita assumiu desde os anos 70 e 80, e principalmente após a Revolução Iraniana de 1979 também a coloca no foco das relações do Oriente médio. Juntamente com Israel, o país se tornou o maior aliado dos Estados Unidos na região e o garantidor dos interesses estratégicos desse país. Em troca, seu regime sofre pouca pressão por reforma e recebe apoio militar, o que fortalece sua capacidade de atuação e busca impedir que outras potências regionais, em especial o Irã, consiga atingir uma maior influência em países vizinhos.

Também como centro geográfico da religião islâmica, lugar onde o islã “nasceu” (Maomé teve sua origem e sua “revelação” na Península) e detentora das duas cidades sagradas de Meca e Medina, a Arábia Saudita exerce uma influência muito grande sobre o mundo islâmico, que abrange desde o Norte da África, até a Indonésia. Lembrando que um das cinco obrigações de todo o muçulmano é ir a Meca ao menos uma vez na vida para provar sua devoção a deus. Ademais, sua versão conservadora moralista do Islã, além de ter a função de controle de seus próprios cidadãos, também tem como resultado um aumento do fundamentalismo islâmico, como fica claro no caso da liderança da Al Qaeda por um cidadão saudita, Osama Bin Laden, que coordenou o episódio mais marcante do início do século XXI, os ataques ao World Trade Center e ao Pentágono nos Estados Unidos em 11 de setembro de 2001. É curioso que, num mundo em constante aumento nas liberdades sociais, coexista um Estado tão conservador, onde nem mesmo andar de bicicleta é permitido a uma mulher sem a companhia de um homem. Porém, existem forças políticas que assim conseguem mantê-lo. Portanto, é central para o desenvolvimento do conhecimento produzido no Brasil sobre o mundo islâmico que se estude com profundidade um país tão conservador e influente.

No entanto, é importante destacar que a produção intelectual relativa ao país é limitada não somente no Brasil, como no mundo. Se por um lado, é possível perceber que o assunto recebeu historicamente pouco interesse dentro dos meios acadêmicos (mesmo com um aumento relativo de produção nos últimos anos), por outro, nota-se que existe uma grande dificuldade dos pesquisadores em acessar informações não manipuladas ou seguras sobre a realidade do país e sua população (PEREIRA, 2003). Além disso, a barreira linguística funciona como uma limitação ao processo de produção científica sobre suas práticas sociais e políticas. Desse modo, embora seja difícil determinar fortes conclusões sobre o processo

histórico e a direção que o país segue, nesse trabalho se buscará apresentar da melhor maneira possível os mecanismos de suporte do regime monárquico saudita e, após, diagnosticar problemas de longo prazo a serem enfrentados pela família real, visando compreender como se realizam a manutenção de seu regime monárquico conservador e o aumento de sua influência regional, e quais são suas limitações.

Este trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro capítulo, faz-se uma retomada do debate teórico clássico e atual sobre a relação entre regime e estabilidade no Oriente Médio. Inicialmente se apresenta o paradigma entre modernidade e estabilidade de regimes monárquicos, cristalizado na ideia do “Dilema do Rei” de Samuel P. Huntington, que defende que o processo de modernização do Estado é incompatível com regimes monárquicos e que, portanto, todos os reis estão fadados a desaparecer. Após se apresenta o conceito clássico de “Estado Rentista” e o debate entre a relação do caráter rentista (ou também “distributivo”), com estabilidade, como defendem alguns especialistas, por um lado; e instabilidade, como outros defendem, por outro. Por fim, apresenta-se a teoria de Fred Halliday (2000) e de Sean L. Yom e Gregory Gause III (2012) que buscam superar estes paradigmas conceituais fechados identificar fatores específicos que garantam o fortalecimento das monarquias do Oriente Médio.

No segundo capítulo, tomando como base os três fatores destacados por ambos os trabalhos teóricos, é desenvolvido separadamente uma análise do papel estratégico de cada um deles, desde a fundação do Estado Saudita até hoje, para demonstrar como historicamente os fatores contribuíram para a manutenção do controle do Estado pelo Família Real Saudita. Primeiro, se mostrará como a presença de um aliado externo poderoso foi essencial para os sauditas, inicialmente o Reino Unido e, desde a II Guerra Mundial até hoje, os estadunidenses. Segundo, argumenta-se sobre como o petróleo teve um papel importante tanto estrategicamente para garantir seus aliados, quanto economicamente para modernizar o Estado e criar um modelo de “clientelismo” entre elite a detentora do controle dos recursos e o resto da população. Terceiro, apresenta-se como foram formadas as coalizões internas do país, presentes já na aliança entre os sauditas e os clérigos wahhabitas no século XVIII, e amplificadas em todas as direções após a unificação do Estado, a descoberta do petróleo e o aumento dos preços deste durante as crises do petróleo na década de 70. Finalmente, mostram-se como esses fatores contribuíram para que a Arábia Saudita se tornasse mais influente na sua região e como ela alcançou o potencial para tentar garantir que nenhuma outra das monarquias dentro de sua esfera de influência seja derrubada.

O terceiro e último capítulo busca apresentar os maiores desafios que o país enfrenta no longo prazo relacionados aos três fatores e que podem vir a influenciar na estabilidade e no rumo que o regime vai tomar. São abordados temas como: a dependência econômica do petróleo, o crescimento demográfico, a falta de formação qualificativa dos jovens e a necessidade de empregar trabalhadores estrangeiros; o excesso de conservadorismo religioso em todos os âmbitos da sociedade: o conflito nas coalizões entre os defensores da modernização econômica e as lideranças religiosas, em relação ao papel da mulher e à educação religiosa; o modelo horizontal de sucessão real, as facções dentro da família real e o engessamento na segunda geração saudita. Por fim, mas não menos importante, as mudanças geopolíticas na região e a aproximação entre seu maior parceiro estratégico e seu maior concorrente, os EUA e o Irã.

2MONARQUIAE ESTABILIDADE NO ORIENTE MÉDIO

I had seen enough of Europe, even at seventeen, to know that its playgrounds were filled with ex-kings, some of whom had lost their thrones because they did not realize that the duties of the monarch are all-embracing. I was not going to become a permanent member of their swimming parties in the South of France.

(Rei Hussein da Jordânia [1962] *apud* HERB, 1999, p. 18)

No Oriente Médio¹ é onde se encontram o maior número de monarquias² absolutas do mundo, ou seja, as quais não só reinam, mas também governam seus territórios. São elas: Arábia Saudita, Barein, Emirados Árabes, Jordânia, Kuwait, Marrocos, Omã e Qatar³. Estas juntamente representam mais de um terço de todos os países de sua região. Considerando-se mais alguns casos isolados em outras partes do mundo, o grupo de monarquias representa um número bem pequeno em relação ao restante dos países do planeta, o que torna ainda mais impressionante que a grande maioria delas esteja concentrada somente ali.

O fato de esses regimes monárquicos atualmente conseguirem manter-se de maneira estável, mesmo após os imensos protestos que assolaram o Oriente Médio desde a chamada “Primavera Árabe”, levantou ainda mais o debate sobre a manutenção desses regimes no longo prazo. Nesse capítulo, se fará um breve relato do debate teórico clássico sobre o assunto. Inicialmente, é necessário compreender a origem dessas monarquias e suas características em comum. Logo após se retomarão alguns debates “clássicos” sobre as monarquias árabes. O primeiro é o debate relativo ao “Dilema do Rei” de Samuel P. Huntington que vê a incompatibilidade das monarquias com a modernidade. O segundo é o debate sobre a relação entre o “Estado Rentista” e a estabilidade dos regimes. Por fim, se apresentará os referenciais teóricos de Fred Halliday, e de Sean L. Yom e Gregory Gause III por sua consistência explicativa, pois buscam superar esses paradigmas afirmando que as monarquias da região devem garantir a estabilidade se puderem continuar contando com esses

¹ Toma-se consciência aqui da controversa definição dos limites do Oriente Médio, mas, a fim da realização da análise desse trabalho, se incluirá também os países de maioria islâmica do Norte da África como pertencentes ao Oriente Médio pela herança histórico-cultural que têm em comum e também pelo recente domínio colonial europeu sobre os mesmos. Portanto, incluem-se 21 países: Argélia, Barein, Egito, Irã, Iraque, Israel, Jordânia, Kuwait, Líbano, Líbia, Mauritânia, Marrocos, Omã, Qatar, Arabia Saudita, Sudão, Síria, Tunísia, Turquia, Emirados Árabes e Iêmen.

² Monarquia de acordo com Yom e Gause é “um regime liderado por soberanos hereditários que podem assegurar graus diferentes de poder” (YOM; GAUSE, 2012, p. 76).

³No restante do planeta, somente alguns outros casos poderiam ser incluídos nesse pequeno grupo, como Butão, Brunei, Suazilândia, Tonga e o Vaticano. Contudo, outros regimes monárquicos como: Camboja, Liechtenstein, Malásia, Mônaco e Tailândia dificilmente se encaixariam, pois há dúvidas quanto a seu status ou como monarquias, ou como regimes autoritários (BANK et al., 2013).

três, ou ao menos dois, fatores: coalizões domésticas, rendas de hidrocarbonetos e aliados estrangeiros.

2.1 Os oito regimes monárquicos árabes

Um retorno à origem destas monarquias é o primeiro passo a ser tomado para a compreensão do porquê desses regimes serem tão resistentes. Fred Halliday constata que poucas dessas monarquias têm realmente uma história nacional antiga. Havia três grandes regimes monárquicos no Oriente Médio no início do século XX: o Sultanato Otomano na Turquia, o Xá Qajar no Irã e o Sultão Alaoui do Marrocos. Destes, somente o último ainda sobrevive hoje, somando-se ao pequeno Sultanato de Al Bu Said em Omã. Com exceção dessas duas monarquias, todas as outras tiveram sua origem durante o século passado (HALLIDAY, 2000).

No século XIX os britânicos e os franceses disputavam influência na periferia do decadente Império Otomano. Enquanto os franceses ocupavam a Argélia e a Tunísia, os britânicos ocupavam o Egito e buscavam assegurar seu acesso à rica colônia indiana, e, para isso, aliaram-se a algumas poderosas famílias dos Emirados Árabes e em Omã. Estas famílias estiveram sob o domínio otomano e muitas delas tinham funções oficiais delegadas pelos otomanos como representantes ou governantes locais. Estas dinastias locais tornaram-se protegidos pelas potências estrangeiras. Com o fim do Império Otomano, após a I Guerra Mundial, enquanto a Turquia e o Irã mantiveram-se independente, a Líbia foi ocupada pelos italianos, e o resto das províncias árabes foi dividido pela França e o Reino Unido. Os franceses assumiram o protetorado do Marrocos e o mandato da Síria e do Líbano, e os Britânicos ficaram com a Palestina, a Transjordânia e o Iraque, enquanto exerciam sua influência sobre os xeiques do Golfo e o virtualmente independente Najd⁴, ou seja, o interior da Península Arábica (ANDERSON, 1991).

Enquanto aparentemente os franceses nunca consideraram instalar monarquias nas suas colônias (com exceção da monarquia Alaouita do Marrocos) - Síria e Líbano viraram repúblicas, os britânicos favoreciam esse tipo de modelo, o que demonstrava um claro paralelo entre as instituições da metrópole com suas respectivas colônias (HALLIDAY, 2000). Na Península Arábica, a família al Saud da região árida do centro da península

⁴ Najd é a região central do país, caracterizada por ser uma planície extremamente árida e com variações extremas de temperatura. O sul da região é conhecido no oeste da península como *Rub al-Khali* ou o “Grande Deserto” por essas características (PEREIRA, 2003).

expulsava a família Hachemita⁵ de Meca e Medina em 1920 e em pouco tempo consolidava-se o Reino Saudita. Os dois Hachemitas herdeiros das cidades sagradas e, então, aliados britânicos, Abdallah e Faisal, foram colocados no controle de duas novas monarquias na Transjordânia e no Iraque. Em 1926, quando Reza Khan se declarou Xá do Irã, monarquias somavam a quase totalidade dos países independentes da região, com a exceção da Turquia, e quase metade do resto dos territórios: Marrocos, Tunísia, Egito, Arábia Saudita, Iêmen do Norte, Omã, os Estados Trúcios, Kuwait, Iraque e Jordânia. Em 1952, somou-se a esse número também a Líbia, quando o Rei Idris, líder da oposição religiosa aos italianos, retornava do exílio no Egito e era colocado no trono pelos britânicos (ANDERSON, 1991).

Contudo, muitas dessas monarquias, uma a uma, começaram a cair. No Egito em 1952, no Iraque em 1958, na Líbia em 1969, no Irã em 1979. À época, a impressão era que o republicanismo, como na Europa, seria a tendência dominante no Oriente Médio a partir do século XX (HALLIDAY, 2000). Monarquias estrangeiras estabelecidas há muito tempo, que governavam Estados com grande importância e influência na região também caíram. Os Romanovs da Rússia caíram com a Revolução Socialista em 1917, os Marajás indianos também foram derrubados a partir de 1948, a monarquia grega em 1967, os Mohamadzai do Afeganistão em 1973, a dinastia Salomônica na Etiópia em 1974. Halliday afirma que monarquia, como revoluções, democracia, ou fundamentalismo, é legitimada ou deslegitimada por efeito de demonstração, ou seja, o que ocorre com os vizinhos importa. Em 1981, buscando evitar tal problema, seis monarquias do golfo, estremecidas pela Revolução Iraniana e outros desenvolvimentos democráticos e conflitos, formaram o Conselho de Cooperação do Golfo para cooperar e tentar garantir sua segurança (HALLIDAY, 2000).

Desde então, somente oito monarquias ainda persistem no Oriente Médio. Seus monarcas foram capazes de utilizar os recursos financeiros e políticos fornecidos a eles para consolidar sua posição interna (HALLIDAY, 2000). Como já mencionado, as monarquias do Marrocos e de Omã possuem uma origem mais longa, mas, ainda assim, ambas somente conseguiram perpetuar seu domínio com o apoio externo de Paris e Londres. A monarquia hachemita da atual Jordânia foi capaz de canalizar o apoio externo do Reino Unido para fortalecer seu controle sobre seu novo reino. A família Al Sabah do Kuwait ocupou o território do país, no século XVIII, juntamente com outros grupos de mercadores, e se consolidou após tornar-se protetorado britânico em 1899 para ter sua independência apenas

⁵ A família Hachemita tem sua origem na Península Arábica. Antes da fundação de ambos os reinos da Transjordânia e do Iraque com Abdullah e Faisal, seu patriarca Hussein Ibn Ali Al Hashimi (1853 – 1931) era Emir de Meca e sua família detinha a custódia hereditária das cidades sagradas. A família afirma possuir descendência direta do profeta Maomé (LIBRARY OF CONGRESS, 2006a).

em 1961. As monarquias do Qatar e do Barein receberam ambas suas independências dos britânicos em 1971, havendo estado sob sua influência desde meados do século XIX. Da mesma forma, os Emirados Árabes Unidos, que são uma confederação de sete emirados – Abu Dhabi, Dubai, Sharjah, Ra’s al-Khayma, Fujayra, Um al-Qaywayn e Ajman, estiveram sob controle britânico *de facto* desde a década de 1830 e também tornaram-se independentes somente em 1971 (GAUSE III, 1994).

Uma característica interessante desses regimes monárquicos é sua diferença em relação aos modelos de regime originais do Oriente Médio, pois varias características da teoria política islâmica clássica sugerem que essas monarquias são uma novidade no cenário da região. Em primeiro lugar, enquanto na Europa capitalista, monarquia está intimamente ligada à propriedade e à família, no Oriente médio, desde o início do Islã no século VII, a autoridade política é exercida e justificada através da religião, através da sanção das autoridades religiosas ao governante, que, por sua vez, se comprometia com o bem da comunidade islâmica. Em segundo lugar, a palavra utilizada hoje pra se referir a “rei” em árabe é “*malik*”, que, além de se referir governo, também faz referência à propriedade. Esse termo usualmente se referia a governantes da era pré-islâmica, e, após a revelação de Maomé, era utilizada somente em referência a Deus, “o *malik* (possessor) do Céu e da Terra”. Líderes islâmicos eram tradicionalmente chamados de “Califa” (sucessor ou herdeiro do profeta Maomé), “*Imam*” (líder de oração), ou “Sultão” (líder secular, mas sem poder de posse), dando ao termo “*malik*” uma conotação negativa. Após o fim da era colonial, essas repúblicas adaptaram a ideia de realeza europeia para a sua realidade e, para isso, resgataram o termo renegado: esses líderes seriam então o “*Malik da Arábia Saudita*”, o “*Malik do Marrocos*”, o “*Malik da Jordânia*” (ANDERSON, 1991). Por último, a ideia de sucessão hereditária é algo que não é tradicional aos modelos políticos do Oriente Médio (talvez seja mais comum entre xiitas). Apesar de não serem raros os casos de sucessões familiares na história do islã, não significa que havia uma lei religiosa que sancionasse uma família no poder, e sim, o que teoricamente sancionava seu poder era seu comprometimento com sua comunidade.

Apesar de tudo isso, estes regimes monárquicos modernos possuem um grande peso nessa região em muitos quesitos, como tamanho do território, importância estratégica, recursos naturais, etc. Ainda assim, poucos especialistas colocaram muito esforço em estudá-los até a década de 1990. Isso se dá principalmente pelo fato de que havia certo consenso tácito dentro da academia de que monarquia é um tipo de regime ultrapassado (ANDERSON, 1991). Os protestos da chamada “Primavera Árabe” iniciados em 2011 na Tunísia, os quais se expandiram por quase a totalidade do Oriente Médio e demonstraram certa insatisfação com

regimes autoritários da região, instigaram o nascente debate sobre a “excepcionalidade” destes regimes. Havia uma diferença óbvia, até mesmo para o observador casual, o que constantemente foi abordada pela mídia no Ocidente: a instabilidade política foi muito maior nas repúblicas (Egito, Líbia, Síria, Tunísia) do que nas monarquias da região (MENALDO, 2012).

Em comparação com outros países da região, na Arábia Saudita e em Omã, houve apenas protestos isolados. No Qatar e nos Emirados Árabes não ocorreram protestos significativos. Movimentos coordenados por jovens não conseguiram mobilizar a população e conseguiram apenas encher algumas ruas no Marrocos e na Jordânia. Retornaram algumas velhas tensões entre frações do congresso com a família real do Kuwait⁶, mas a população não foi às ruas com novas demandas. O único caso relevante dentre as monarquias é o do Barein, onde uma grande parte da população da ilha de maioria xiita tomou as ruas em contestação⁷. Contudo, a família reinante sunita, al Khalifa, auxiliada pela intervenção militar de forças do Conselho de Cooperação do Golfo, liderados pela Arábia Saudita, conseguiram manter-se no poder (YOM; GAUSE, 2012).

Tomando consciência do contraste entre os dois tipos de regime, faz-se necessário analisar as grandes propostas teóricas que estudam a queda dessas monarquias ou a sua estabilidade para que se possa desconstruir algumas ideias do senso comum e selecionar um aparato teórico mais relevante.

2.2 Dilema do Rei (*King's Dilemma*) em cheque

Alguns poucos estudos relacionados à sobrevivência e à queda de monarquias pós-coloniais remontam às décadas de 1950 e 1960. Partindo da perspectiva da “teoria da modernização”, que estudava os países recém independentes e seus regimes através da dicotomia “tradição” versus “modernidade”, estudiosos ocidentais relacionavam as monarquias autoritárias como uma maneira tradicional de domínio político. Portanto, monarquias não teriam uma grande capacidade de se adaptar às demandas relativas a um regime moderno⁸, como liberdade política, pluralismo partidário e a inclusão de diferentes camadas sociais, principalmente a classe média urbana. Este modelo previa então o rápido

⁶ A monarquia do Kuwait possui uma tradição de diálogo político mais consistente que países como Arábia Saudita, Emirados Árabes, Barein, Qatar e Omã.

⁷ O Barein é a única monarquia árabe cuja maior parte da população não é sunita como sua família real.

⁸ “Regime moderno”, nesse contexto, é relacionado ao modelo democrático representativo ocidental, o que revela uma visão bastante etnocêntrica da análise.

desaparecimento das monarquias autoritárias, ao mesmo tempo em que seriam substituídas por modernas repúblicas democráticas (BANK et al., 2013).

Samuel P. Huntington demonstrou esse ceticismo dominante em relação à incompatibilidade do regime monárquico com o mundo moderno (ANDERSON, 1991). Para ele, o Estado moderno deveria ser capaz de abarcar uma multiplicidade de novos grupos e interesses, o que exigiria maiores abertura política e institucionalização. O “Dilema do Rei” (*King’s Dilemma*) a que ele se referiu em seu livro “*Political Order in Changing Societies*” de 1968 é que pequenas reformas institucionais e modernizantes feitas do topo levariam a um aumento ainda maior de demandas vindas da base por mudanças. Dessa forma, uma cautelosa modernização política, institucional ou social poderia virar uma total mudança de regime capaz de extinguir a elite tradicional dominante (HUNTINGTON, 1968).

Essa proposição indicava que esses regimes são naturalmente fracos e frágeis. Um anacronismo em um mundo que passava por muitas mudanças (ANDERSON, 1991). A tendência de longo prazo parecia ir de encontro às monarquias do Oriente Médio, e a queda do Xá durante a Revolução Iraniana iria fortalecer ainda mais essa visão comum no Ocidente. Os altos preços do petróleo, durante o *boom* dos anos 70, pareciam ter alterado a ordem política “tradicional”, colocando em dúvida a possibilidade de sobrevivência das formas “antigas” de governo. Além do mais, havia uma impressão de que as monarquias da região não teriam a capacidade de se defender de inimigos mais fortes e maiores em um eventual confronto (GAUSE III, 1994).

Lisa Anderson, em artigo publicado em 1991, concorda parcialmente com Huntington, afirmando, porém, que monarquias podem ser eficientes para a construção dos Estados. Segundo ela:

Huntington pode até estar certo de que monarquia é, em última instância, um regime frágil e restritivo demais para acomodar as demandas políticas de novos grupos sociais. Num prazo não tão longo, contudo, monarquia é particularmente bem adaptada para as exigências da construção de um Estado, especialmente na sua fase inicial. Como Perry Anderson demonstrou, centralização de autoridade, destruição de antigos grupos intermediários, estabelecimento de capacidade nacional de recrutamento, taxação e relações de mercado podem ser efetivamente alcançados por monarcas absolutistas agindo para preservar as prerrogativas históricas dos ricos e poderosos. (1991, p. 4, tradução nossa).⁹

⁹Tradução nossa de “Huntington may be right that monarchy is ultimately too brittle and restrictive a regime to accommodate the political demands of new social groups. In the less than long run, however, monarchy is particularly well suited to the requirements of state formation, especially in its early stages. As Perry Anderson has shown, centralization of authority, destruction of old intermediate groups, establishment of nationwide conscription, taxation, and market relations can be effectively accomplished by absolutist monarchs ostensibly acting to preserve the historical prerogatives of the wealthy and powerful” (ANDERSON, 1991, p. 4).

Na mesma direção, alguns autores afirmaram que regimes neopatrimonialistas (sejam eles monarquias, ou não), ou mesmo “Sultanistas”, são facilmente abatidos por revoluções, exatamente porque estes não conseguem se reformar. Estados neopatrimonialista são aqueles em que o governante organiza o regime ao redor de sua própria pessoa, criando uma relação de dependência entre outros membros da elite e ele. Dessa maneira, a elite oferece sua lealdade em troca da “bondade” e do “favor” do rei e, enquanto isso, a população que não faz parte da elite é mantida alienada dos processos políticos (HERB, 1999).

Essa lógica diz que reformas em regimes neopatrimonialistas de uma forma que evite revoluções são complicadas exatamente pelo fato de que elas acarretariam mudanças nas relações “patrão-cliente” que sustentam esses regimes. Assim, ao ver-se de frente a uma pressão revolucionária, os governantes encontram duas opções: ou abdicar, ou reprimir; e eles escolhem geralmente a segunda. Quando finalmente sua manutenção se torna insustentável e o líder acaba derrubado, o regime acaba se desestruturando, pois a elite se torna incapaz de se manter coesa na escolha de um substituto. A queda do regime neopatrimonialista do Xá do Irã em 1979 poderia ser dado como um claro exemplo desse colapso (HERB, 1999).

Até os anos 1990, o ponto de vista de Huntington contribuiu para a visão de que monarquias estavam fadadas a desaparecer. Contudo, os desenvolvimentos recentes ocorridos no Oriente Médio, demonstram a limitação explicativa da sua teoria de modernização do Estado. Enquanto seu foco nas limitações institucionais pode contribuir para a explicação da queda de monarquias como a do Egito em 1952 e do Iraque em 1958, ela subestima a capacidade das outras monarquias da região para inovar suas políticas e flexibilizar suas instituições quando necessário (BANK et al., 2013).

Desde os anos 1970, visto que nenhuma outra monarquia foi derrubada, notou-se uma mudança nesse grande paradigma sobre o futuro das monarquias do Oriente Médio: aparentemente os reis e príncipes árabes estão “sentados em seus tronos confortáveis” a salvo dos ventos da mudança (HALLIDAY, 2000). Na tentativa de explicar a relação entre os tipos de regimes e sua resiliência, alguns especialistas se voltaram para explicações culturais e institucionais. Os primeiros dizem que as famílias reais gozam de legitimidade tradicional, religiosa e tribal, que garantem um excepcional apoio de seus cidadãos. A perspectiva institucional diz que, como os reis estão acima da política cotidiana, eles podem intervir no sistema, introduzindo reformas controladas que diminuem o descontentamento popular (YOM; GAUSE III, 2012).

Essas perspectivas “tradicionalistas” normalmente argumentam que as estruturas tribais e o Islã são bases de seu sistema político. Portanto, tribalismo e religião teriam diversas

consequências para o processo político: as instituições não têm sentido, já que todas as relações políticas são pessoais; as formas de governo que existem hoje já existiriam há muito tempo, talvez desde tempos imemoráveis; participação política não seria uma questão de grande importância; critérios religiosos fundamentariam a existência de lealdade política; e governos personalistas por elites familiares com bases tribais seriam culturalmente naturais à região (GAUSE, 1994).

Contudo, estas novas visões também não conseguem se sustentar por completo. Quando confrontadas com o caso do Barein, por exemplo, onde uma revolução social quase ocorreu, estas teorias não oferecem uma explicação. Além do mais, a “realeza” não garante a continuidade de regimes autoritários, visto que, desde 1950, uma quantidade tão grande de monarquias foi derrubada, quanto de repúblicas. O que se percebe é que grande parte das monarquias do Oriente Médio deve muito mais ao período de dominação colonial europeia, do que a alguma força tradicional intrínseca a região (YOM; GAUSE, 2012).

2.3 O Estado Rentista

A princípio, o termo “Estado Rentista” foi utilizado no início do século XX para se referir aos Estados europeus que ofereciam empréstimos para países não europeus (ROSS, 2001). Contudo, foi o economista Hossein Mahdavy, em 1970, quem propôs seu significado moderno pela primeira vez. Para Mahdavy, Estados Rentistas são “aqueles Estados que recebem, de maneira regular, quantias substanciais de renda estrangeira. Rendas estrangeiras são definidas como rendas pagas por indivíduos, empresas e governos estrangeiros para indivíduos, empresas ou governos de um dado país” (MAHDAVY¹⁰ [1970] *apud* QASEN, 2010, p. 25).

Quem também ajudou a refinar o termo foi Hazem Beblawi na década de 1980, que definiu que quatro condições básicas para que um Estado seja considerado rentista. A primeira é que a renda deve ser dominante na economia, mesmo que não seja uma economia puramente rentista. Segundo, não somente a renda deve ser predominante, como também deve ter uma origem externa. Terceiro, somente uma pequena parte da sociedade deve fazer parte da criação da riqueza, já o resto somente tem participação na utilização e na distribuição da riqueza. Por último, num Estado Rentista, o governo é quem recebe as rendas externas, e assim o controle da renda está nas mãos de poucos. O Estado deve distribuir uma parcela da

¹⁰ MAHDAVY, Hossein. The Pattern and Problems of Economic Development in Rentier States: The Case of Iran. *Studies in the Economic History of the Middle East*. COOK, M.A. (Ed.). Oxford: 1970, p. 428.

renda com a população, se tornando, portanto o mais importante ator da economia. Dessa maneira, ele não somente oferece bens públicos e serviços, como também se torna um distribuidor de favores e benefícios (QASEN, 2010).

O debate sobre a relação entre este Estado Rentista, e estabilidade tem recebido grande atenção de estudiosos desde a década de 1990. Enquanto alguns especialistas afirmam que a disponibilidade de renda advinda da exportação de hidrocarbonetos aumenta as chances de que países sofram instabilidades, outros dizem que países que possuem uma grande quantidade de petróleo e gás natural possuem maior estabilidade interna e menor chance de mudança de regime.

No grupo que acredita que renda leva a instabilidade, alguns intelectuais notam que um aumento na renda proveniente de petróleo, ao ponto em que essa renda domina a maior parte das fontes do governo, faz com que o Estado mude de um modelo “extrativista” para um “distributivo”¹¹. Este ponto de vista está baseado na ideia de que, comparando com os primórdios dos Estados tributários da Europa, um governo que não necessita de arrecadação de tributos internamente como fonte de renda não possui todas suas capacidades essenciais. Em estados extrativistas, a capacidade de tributação requer a existência de uma burocracia estatal, o que é dependente da própria viabilidade do Estado. Já num Estado distributivo de renda advinda do exterior, não há necessidade de extrair renda da população, logo, é possível que se escolha grupos sociais que serão mais favorecidos. Nesse segundo modelo, não há um nível alto de interação entre os governantes e os governados, formando-se ligações fracas entre Estado e sociedade. Nesses Países, Enquanto em momentos de aumento dos preços do petróleo, os líderes tendem a gastar muito na economia nacional, se torna impossível manter os mesmos níveis em momentos de baixa, produzindo instabilidade e maior chance de queda de regime (SMITH, 2004).

Outra ideia que relaciona instabilidade a renda do petróleo é a “Teoria da Repressão” de Michael L. Ross. Para ele, o efeito do recurso pode levar regimes autoritários a aumentar o gasto com segurança interna e forças militares, ou seja, repressão. A primeira razão para isso pode ser por autointeresse da elite, pois, dada a possibilidade de haver pressões por parte da população, ela teria interesse em estar melhor protegida. Já a segunda razão seria que a existência da riqueza natural pode causar conflitos regionais e étnicos. A concentração geográfica dos recursos pode coincidir com a existência de diferenças étnicas e religiosas,

¹¹“Extrativista” seria o Estado que tem como maior fonte de renda a arrecadação de tributos. Já o termo “distributivo” (ou rentista) se refere aos Estados cuja renda advém da exportação de recursos naturais abundantes, havendo somente a distribuição de parcelas dessa renda para grupos sociais, mas não alocação através de tributos.

exacerbando tensões e competições. O autor identifica dois outros trabalhos que vão de encontro a essa visão: Collier e Hoeffler, e de Soysa. Ambos creem que a riqueza de recursos naturais aumenta a probabilidade de ocorrer guerra civil (ROSS, 2001).

Halliday nota a importância da repressão nos Estados Monárquicos, que utilizaram extensivamente dela para manter seu poder, como o rei Fahd no Iraque, rei Fatemi no Irã, Nasir Said na Arábia Saudita e diversos monarcas do Barein (HALLIDAY, 2000). Todos estes monarcas possuíam reservas gigantescas de petróleo a sua disposição, e não hesitaram em utilizá-las para conseguirem a manutenção de seu poder. Assim, fica claro que isso não exerce nenhum tipo de determinismo quanto à resistência desses regimes. Destes, nem o Irã, nem o Iraque possuem um Estado monárquico até hoje. Contudo, a Arábia Saudita e o Barein lograram manter seu Estado monárquico apesar de contínuos casos de contestação política e econômica ao longo do século XX.

A segunda perspectiva do Estado rentista é a de que as rendas garantem uma maior estabilidade para os regimes. Buscando negar essas perspectivas de que instabilidade política é um resultado quase natural do petróleo, Benjamin Smith utiliza de pesquisas quantitativas – 107 países em desenvolvimento durante 39 anos – para relacionar a existência ou não de reservas de petróleo e a ocorrência de derrubadas de regimes políticos, protestos sociais ou conflitos armados domésticos. Seus resultados foram que: os Estados Rentistas têm regimes mais duráveis e menor nível de protestos e guerras civis, e que repressão não necessariamente tem relação que essa estabilidade. Contudo, ele aceita que sua pesquisa tem uma utilidade maior para fazer previsões do que para explicar qualquer caso em particular e que petróleo também pode perpetuar instituições fracas e reformas pouco ousadas e, até mesmo, prejudicar estabilidade política em diferentes contextos e períodos (SMITH, 2004).

Giacomo Luciani também tenta explicar a continuidade das monarquias do Oriente Médio pela lógica do Estado Rentista através da manutenção de uma contínua entrada de altas rendas de hidrocarbonetos. Havendo os Estados começado a receber dinheiro da produção do petróleo, suas elites promovem uma consolidação dos modelos políticos que dominam no período, impedindo que se crie outra ordem (LUCIANI, 2009). Nesse sentido, para Luciani, os Estados rentistas tendem a não criar novas ordens. Além, das monarquias do Golfo os casos da Jordânia e do Marrocos, os quais não possuem grandes reservas de petróleo, também poderiam ser explicados dessa forma, já que estes receberiam rendas de fora, visto serem parceiros estratégicos importantes. Dessa forma, seria possível manter uma rede constante de cooptação de grupos pelo Estado, ao mesmo tempo em que é possível manter um fluxo de benefícios constantes a população, evitando a ocorrência de protestos e revoltas

Enquanto esse segundo modelo ajudaria a explicar a consolidação das monarquias do Golfo após a crise do petróleo de 1973, o primeiro se aplicaria à Revolução Islâmica no Irã em 1979, onde, até então, o regime mantinha altos níveis de fluxo de renda externa, além da queda das monarquias iraquianas, na década de 1950, e da Líbia, na década de 1960. Isso demonstra que de nenhum modo o debate sobre a relação entre o Estado Rentista e estabilidade foi capaz de oferecer alguma explicação suficientemente convincente para sobrevivência dos regimes autoritários monárquicos do Oriente Médio. Essa perspectiva tem uma característica unidimensional muito forte que não se sustenta numa análise mais complexa de cada caso.

2.4 Outras propostas teóricas

Uma primeira crítica a todos esses modelos anteriores é relativa à existência de legitimidade nesses regimes. Hossein Razi, ao estudar o papel do nacionalismo e da religião no Oriente Médio, notou que, quanto à manutenção da legitimidade de um regime, quando os membros de uma população estão satisfeitos com as ações de seu governo nas áreas de identidade, participação, distribuição, igualdade e soberania, não há crise. Dessa maneira, a existência de desigualdades, repressão de liberdades individuais, o uso da força ou mesmo o nível de representação política em um regime estão longe de ser um problema central, enquanto isto estiver de acordo com o que os valores compartilhados pela população desse país (RAZI, 1990, p. 70). Portanto, seguindo sua lógica, não poderia haver determinismo em relação ao destino de qualquer regime no Oriente Médio.

Para ele é claro que quanto mais legitimidade existe num governo, torna-se mais provável que suas decisões sejam seguidas. Contrariamente, se um governo não possui ou perde sua legitimidade, maior resistência há por parte da população, podendo mesmo oferecer grandes desafios à sobrevivência de um regime a fins de corrigir as injustiças percebidas. As normas da legitimidade são “irracionais” e produtos da história, tradição e ideologias e são inculcadas através de um processo de socialização política. Dessa forma, nas sociedades islâmicas, as elites tendem a professar a religião mesmo que não acreditem nelas fervorosamente, pois quando sua crença se difere da crença popular existe uma maior chance de instabilidade e revolução (RAZI, 1990). Contudo, o próprio autor limita esse ponto de vista ao afirmar que existem muitas versões do islã, havendo diferentes variações e grupos que possuem uma diversidade de instituições e práticas (xiitas, sunitas, kharijitas). Da mesma forma, funciona a variável nacionalista, havendo grupos que professam o “nacionalismo

islâmico”, o “nacionalismo árabe”, o “nacionalismo de cada Estado”, etc. Para ele, também mudanças nos regimes podem vir através de lideranças carismáticas, de processos reformistas, de fundamentalismo religioso (RAZI, 1990). Uma outra limitação de sua visão, quando aplicada às monarquias, é que, sendo elas uma construção do século XX, dificilmente história e cultura poderiam ser fontes de legitimidade inabaláveis¹².

Uma segunda perspectiva comum é a geoestratégica. Esta coloca as monarquias árabes no centro do cenário estratégico global, recebendo apoio internacional de atores estrangeiros como os Estados Unidos e, historicamente a União Soviética, o Reino Unido e a França. Em alguns destes trabalhos, como o de Laurie Brand em 1995 e Sean Yom em 2009, se expressa a importância do apoio externo para o financiamento dos mecanismos de repressão e de cooptação da oposição ao Estado, além de fornecerem apoio militar. Nessa perspectiva as forças armadas têm um papel principal, pois ele pode tanto ajudar a desenvolver redes de clientelismo domésticas, quanto fortalecer as conexões entre os regimes monárquicos e seus apoiadores no regime internacional (BANK et al., 2013).

A inovadora terceira perspectiva é a de Michael Herb em seu livro “*All in the Family*” de 1999. De acordo com Herb, partindo de um estudo comparativo entre as monarquias sobreviventes e as que já caíram na região, o que melhor explicaria o padrão de sobrevivência das monarquias é sua característica dinástica. Assim, o segredo para sua sobrevivência reside nas relações políticas da família real. Escolhem-se membros leais da família real para colonizar instituições de importância chave dentro do Estado (HERB, 1999). Contudo, seu foco não é suficientemente convincente quando considerado que na Jordânia e no Marrocos, a família divide poder com outras instituições como, por exemplo, as forças armadas e, mesmo, um restringido parlamento. Além disso, as outras monarquias, mesmo que a família conserve postos chaves, são todas exportadoras de petróleo também (BANK et al, 2013).

2.5 Três fatores que fortalecem as monarquias: Yom e Gause (2012), e Halliday (2000)

Todas essas teorias explicativas apresentadas têm contribuído para uma crescente diferenciação entre os fatores explicativos para a estabilidade dos regimes monárquicos no

¹² Nesse sentido, o uso das categorias weberianas de legitimidade – tradicional, carismática e racional-legal – também seriam insuficientes para essa análise. Weber mesmo colocava o “sultanismo” árabe como caso de legitimidade tradicional; ea tradição não pode oferecer uma variável explicativa suficientemente firme para uma monarquia fundada neste século. Ao mesmo tempo, e mesmo reconhecendo a possibilidade de regimes com legitimidade mista, o petróleo e a distribuição de renda claramente utilizados como meio de “compra” de apoio político na maioria dos casos de resistência da monarquia não podem ser encaixadas em nenhuma categoria de legitimidade weberiana.

Oriente Médio (BANK et al, 2013). Contudo, faltava uma teoria que buscasse explicar a existência de todas elas e, ainda assim, fosse capaz de aglutinar toda essa multiplicidade de fatores que compõem a complexa realidade dessas monarquias e de sua região.

No capítulo “*The Fates of Monarchies in the Middle East*” do livro “*Nation and Religion in the Middle East*”, Fred Halliday diz que as monarquias são e podem continuar sendo uma significativa parte da realidade do Oriente Médio indefinidamente. Para ele, os monarcas consolidam sua posição no país através do uso de recursos econômicos e políticos oferecidos a eles, sendo religião e cultura relativizadas frente às decisões políticas. Para comprovar isso, ele destacou, pela primeira vez, três fatores fundamentais para a manutenção de qualquer uma das oito monarquias. Para ele, monarquias sobrevivem através de “[...]mobilização de recursos econômicos, manutenção de coalizões domésticas de apoio e administração de alianças internacionais.” (HALLIDAY, 2000, p. 104).

Doze anos depois, em artigo publicado no *Journal of Democracy* em outubro de 2012, Sean L. Yom e Gregory Gause III, buscando definir novos parâmetros para compreender a resiliência dos monarcas do Oriente Médio, chegam aos mesmos três fatores. Eles, como grande parte do público se impressionaram com o fato de que as monarquias autoritárias haviam passado tranquilamente pelos protestos da “Primavera Árabe”, enquanto se produziam mudanças espetaculares nas repúblicas autoritárias da região.

Seu trabalho buscou inicialmente desconstruir as perspectivas tradicionais já explicitadas anteriormente. Longe de concordar com Huntington quanto à queda das monarquias, eles não veem nenhuma fatalidade inerente ao processo de modernização, visto que no Marrocos e na Jordânia os reis foram capazes de evitar protestos através de pequenas reformas políticas. Para eles, não são nem a tradição e a cultura política, nem mesmo a presença de membros da família real nas estruturas institucionais, que oferecem explicações suficientes para a resistência dos regimes, visto a queda de outras monarquias em décadas anteriores. Quanto à legitimidade, eles também argumentam que não se pode relacionar a presença de legitimidade a ausência de revoluções, pois, “através dessas medidas, *todo e qualquer* regime deve ser legítimo a menos que seja derrubado” (YOM; GAUSE III, 2012, p. 78). Sua conclusão, como a de Halliday é que a resposta se encontra naqueles mesmos três fatores, porém afirmam que, para garantir a manutenção dos regimes monárquicos, ao menos dois dos três fatores devem estar presentes.

O primeiro fator então é a existência de “Coalizões Transversais Domésticas”, ou seja, ligações históricas que conectem diferentes grupos sociais à família real. Coalizões amplas são a marca de qualquer regime autoritário bem-sucedido. Independentemente de sua

natureza, sejam aqueles que governam a partir de um trono, ou que comandam partidos políticos de massas, ou que sentam entre comandantes militares, líderes autoritários não podem governar somente através de repressão. Obter apoiadores que validem as políticas do regime e que o protejam dos oponentes é um imperativo. Contudo, as coalizões não são autossustentáveis, é necessário que se reproduza um esquema de clientelismo¹³ entre os que governam e os que lhes apoiam. Essas coalizões ajudam a explicar por que razão as manifestações de 2011 não tenham disparado nas monarquias do golfo em 2011 e aquelas que ocorreram no Marrocos e na Jordânia não tenham conseguido angariar maior apoio (YOM; GAUSE III, 2012). Halliday cita o caso do Xá Reza Pahlevi do Irã como um caso de fracasso do uso de coalizões. A ocorrência da revolução foi uma decorrência clara de ele ter dispensado a manutenção de coalizões em função de pensar serem o suficiente as rendas do petróleo recebidas. Assim, são necessárias alianças com as forças armadas, a classe média, com as instituições religiosas, e mudanças de alianças quando alguma oferecer ameaça (HALLIDAY, 2000).

Em segundo lugar, a “Renda dos Hidrocarbonetos” tem como função oferecer recompensas materiais. A maioria das monarquias árabes possuem grandes reservas de petróleo e gás natural que garantem um fluxo constante de dinheiro que cobre o pagamento de funcionários públicos e os custos dos contratos públicos que prendem a população em uma dependência em relação ao Estado. Essa “lógica rentista” não prende o Estado ao regime monárquico, ela só oferece os meios para que os regimes consigam manter seu sistema de Estado patrimonialista (YOM; GAUSE, 2012). Mesmo assim, a Jordânia e o Marrocos não possuem reservas de petróleo e têm grandes dívidas externas, e o Barein tem reservas esgotantes. Contudo, estes recebem, quando necessário, grandes financiamentos dos outros Estados monárquicos, que possuem grandes reservas naturais, e doações de outras potências globais.

Por fim, sua última arma quando as outras duas não são o suficiente, a existência de “apoio estrangeiro” garante apoio diplomático, econômico e militar durante crises. Os Estados Unidos têm defendido a monarquia jordaniana desde o início da Guerra Fria, quando esta se alinhou a política ocidental, e ainda a têm como uma de suas maiores aliadas regionais. A monarquia alaouita do Marrocos tem frequentemente recebido apoio estadunidense e,

¹³ Clientelismo para Jean-François Médard: “La relación de clientela es una relación de dependencia personal que no está vinculada al parentesco, que se asienta en intercambios recíprocos de favores entre dos personas, el patrón y el cliente, los cuales controlan recursos desiguales. [...] Se trata de una relación bilateral, particularista y borrosa [...], de una relación de reciprocidad [...] que supone un intercambio de beneficio mutuo entre socios desiguales” (MÉDARD *apud* COMBES, 2011, p. 15). MÉDARD, Jean-François, “Le rapport de clientèle: Du phénomène social à l'analyse politique”, en *Revue Française de Science Politique*, v. 26, n. 1, p. 103-131, 1976.

principalmente, francês, com o qual tem laços culturais, linguísticos e históricos muito fortes. Os Estados Unidos se tornou o maior apoiador da monarquia saudita desde a saída dos britânicos. A “Quinta Frota”¹⁴ (Fifth Fleet) da marinha estadunidense têm seu centro de operações no Barein e outras bases militares estadunidenses existem no Kuwait, no Qatar, nos Emirados Árabes e em Omã. Além do mais, para os autores, a Arábia Saudita tem sido capaz, nos últimos anos, de substituir essas potências estrangeiras como fiador dos outros regimes monárquicos menores (YOM; GAUSE III, 2012). Isso pode se dar graças a uma consolidação de suas capacidades domésticas e sua grande disponibilidade de recursos.

A partir da definição destes três fatores (detalhados cada um dos casos na “Tabela 1”), é possível compreender as estratégias perseguidas pelos países para manter a estabilidade de seus regimes. De acordo com os autores, esses são a real origem do “excepcionalismo” das monarquias árabes. Para que, elas continuem se mantendo, é necessário que elas sejam capazes de manter ao menos dois desses três fatores intactos (YOM; GAUSE III, 2012).

Quadro 1 – Coalizões, Petróleo e Geopolítica

	Coalizões Internas	Renda do Petróleo	Aliados Externos
Marrocos	Sim (empresariado, autoridades religiosas, elites agrícolas)	Nenhuma (auxílio econômico oferecido pelo GCC)	Sim (França, EUA)
Jordânia	Sim (minorias da Cisjordânia, empresariado palestino, comunidades tribais)	Nenhuma (auxílio econômico oferecido pelo GCC)	Sim (EUA, Arábia Saudita)
Arábia Saudita	Sim (Família Real, instituições religiosas, elites econômicas regionais)	Alta	Sim (EUA)
Kuwait	Sim (Família Real, mercadores sunitas, minoria xiita, comunidades tribais)	Alta	Sim (EUA)
Barein	Não (Família Real, minoria sunita)	Moderada (auxílio econômico oferecido pelo GCC)	Sim (Arábia Saudita)
Qatar	Não (não há necessidade devido a sua população pequena e homogênea)	Alta	Sim (EUA)
Emirados Árabes	Sim (sete Famílias Reais)	Alta	Sim (EUA, Arábia Saudita)
Omã	Sim (Família Real, elites regionais de Muscat, interior do país e Dhufar, comunidades tribais)	Moderada (auxílio econômico oferecido pelo GCC)	Sim (EUA, Arábia Saudita)

Fonte: YOM; GAUSE III, 2012, p. 86.¹⁵

Halliday afirma que, enquanto eles conseguirem atingir essa meta, não haverá necessariamente uma mudança de regime. Contrariamente, se houver um colapso econômico,

¹⁵ Tradução nossa a partir do “Anexo A”.

antagonismo das forças armadas ou de algum outro grupo doméstico forte, ou uma confrontação com potências internacionais ou regionais, poderá haver consequências desastrosas (HALLIDAY, 2000).

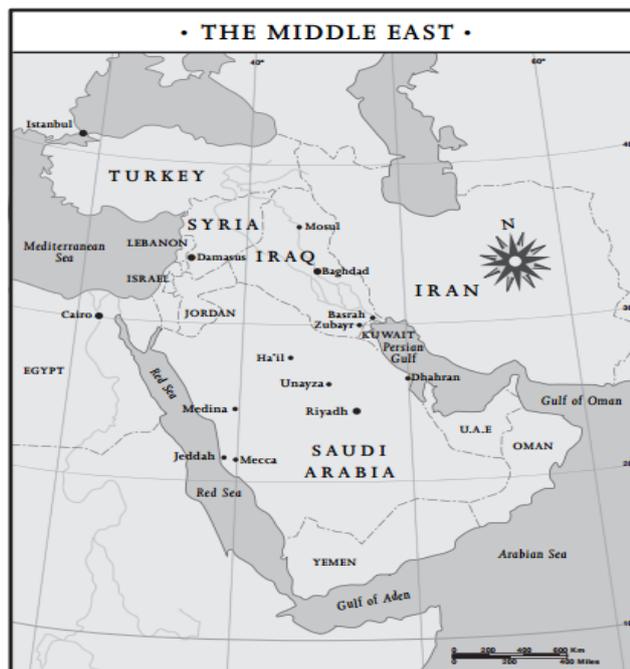
Utilizando esse referencial teórico, nos próximos capítulos, analisar-se-á o caso da Arábia Saudita, por ser a maior dessas monarquias e por ter alcançado a referida capacidade de ser fiador internacional dos outros regimes. No capítulo 2, o objetivo será apresentar o processo de consolidação desses três fatores, ou seja, compreender a formação de suas alianças internas, a manutenção da renda do petróleo e de sua distribuição, e a força de suas alianças internacionais. No capítulo 3, utilizando-se da análise dos fatores do próximo capítulo, serão analisados alguns desafios que se apresentam para o regime monárquico saudita, visando compreender a dúvida colocada por Mohammed El-Katiri:

Uma visão mais aproximada na região, no entanto, sugere que a sua percebida estabilidade pode muito bem estar ameaçada num prazo mais longo. (EL-KATIRI, p. 1, 2013)

3 –ARÁBIA SAUDITA: ALIADOS EXTERNOS, PETRÓLEO E COALIZÕES INTERNAS

Since 1943 I have considered the interests of my country and community to be the same as those of the United States we differ in nothing basic...after Allah we trust in America. (Rei Faisal ibn Saud ao embaixador estadunidense Hart em 1962 *apud*HART, 1998)

Figura 1



Fonte: COMMINS, 2006.

3.1 A Origem do Estado Saudita Moderno

A Arábia Saudita ainda é um dos países mais intrigantes do mundo. Nela se encontram as maiores reservas de petróleo comprovadas do mundo, se prega o Wahhabismo que é uma versão extremamente restrita da religião muçulmana (essa mesma que também teve sua origem em seu território), existe uma cultura política de conservadorismo e clientelismo, e, mais recentemente, se originaram quinze dos dezenove terroristas responsáveis pelo mais marcante evento do início do século XXI: os atentados de 11 de setembro de 2001 aos EUA (MEIJER; AARTS, 2012).

O interior de seu território é tão seco que não há nem lagos, nem rios permanentes (JONES, 2010). Por séculos antes do aparecimento da família al Saud, essa região desértica, chamada de Najd, foi uma região absolutamente esquecida, considerada uma terra de

nômades desordeiros e irreligiosos. Nos grande centros islâmicos de Istambul, Damasco e Cairo, os quais floresceram durante grande parte das Idades Média e Moderna ocidentais, nem mesmo se imaginava o que se passava por lá. Ela estava além do horizonte cultural da civilização islâmica, mesmo tendo em seu litoral ocidental as cidades sagradas de Meca e Medina, onde ocorreu a revelação muçulmana. Mesmo as caravanas de peregrinos que as visitavam, vindas do Egito da Turquia e da África, não precisavam pelo Najd passar, pois era muito mais seguro viajar pela costa do Mar Vermelho (COMMINS, 2006).

A falta de recursos econômicos fez com que nenhum império, desde o decadente Califado Abássida no século X, tivesse interesse em manter um domínio constante sobre esse território. Mesmo o Império Otomano manteve controle somente em suas duas extremidades, como dois braços: um que controlava as cidades sagradas no Mar Vermelho e o outro nas cidades portuárias do Golfo Pérsico para impedir a expansão das forças estrangeiras, como os comerciantes portugueses e os persas independentes. Para os otomanos, a península era como uma fronteira primitiva. Enquanto seus habitantes não interferissem com a peregrinação, o sultão otomano estaria contente com os arranjos entre os “Sharifs” hachemitas de Mecca (leais súditos otomanos à época) e seus líderes, e, portanto, não se preocuparia com esta parte marginal de seus domínios (COMMINS, 2006).

A população que ocupava esta área era composta por tribos nômades de beduínos que levavam seus rebanhos pelo deserto e trocavam por produtos agrícolas e manufaturados em grandes centros no litoral ou em pequenas cidades formadas em oásis por toda a península. De acordo com o acadêmico saudita Al-Safi, as tribos que ali habitavam precisavam se mudar a cada quatro ou cinco dias, porque os pastos encontrados eram logo consumidos pelos rebanhos e era necessário ir em busca de novos pastos ou água (AL-SAFI, 1993). Havia diferenças sociais entre tribos, sendo as mais nobres aquelas que viviam no mais vasto interior da península e criavam camelos e dromedários, enquanto as mais pobres criavam outros rebanhos. Cada tribo tinha um território demarcado, oásis ou poço de água X pertence à tribo Y, e ultrapassar tais limites era invadir o território de outra tribo, resultando então em guerras. Para ele, essa natureza determinou os costumes da população local: guerras entre tribos nômades eram constantes e seu código de honra permitia apoderar-se dos despojos de guerra. A tomada de escravos também era uma prática comum entre estas tribos. Dessa maneira, certamente não havia entre esses povos nenhum sentido de pertencimento a uma nação, uma lei ou um Estado (AL-SAFI, 1993).

A família al Saud fazia parte de uma de muitas tribos da península, tendo sua origem no povoado de al-Dariyah, próximo a Riad, no centro do Najd (AL-SAFI, 1993). Até meados do

século XVIII, sua importância não era muito grande, já que muitas outras famílias dividiam o domínio das imensas regiões desérticas. Contudo, sua força começou a aumentar com a chegada do clérigo conservador Muhammad Abd Al-Wahhab e a aliança formada entre os dois.

Abd al-Wahhab nasceu em 1703 no Najd. Ele pertencia à linhagem dos Al-Musharraf que historicamente haviam exercido um papel de liderança religiosa como professores e juizes em diversos oásis na região. Como era de costume entre os clérigos, Muhammad realizou viagens por centros islâmicos com o objetivo de adquirir conhecimento para continuar o trabalho de sua família (COMMINS, 2006). Durante estas viagens, ele estudou o conhecimento de outros pensadores da jurisprudência islâmica como Ibn Hanbal, fundador da escola conservadora hanbali de direito islâmico, e seu seguidor Ibn Tamiyya¹⁶. A partir de então desenvolveu uma doutrina extremamente conservadora do islã, resumida em seu livro “Pelo culto do Deus Uno”. Nele, ele foi muito além de seus antecessores e suprime de seus ensinamentos qualquer nuance de interpretação de símbolos e metáforas contidas no Alcorão. Ligando diretamente religião, política e sociedade à lei corânica, ou seja, à Sharia, assim ele também justificava a autoridade política e social do soberano em nome da religião (ROCHE, 2012).

Após tentar pregar seus ensinamentos para diversas lideranças regionais da península, ele acabou criando conflitos e sendo expulso de sua própria terra natal, o povoado de al-Uyayna. Em sua fuga, foi para a terra dos al Saud, al-Dariyah, onde ele formou o pacto com o patriarca da família saudita Mohammed Ibn Saud (AL-SAFI,1993). A tribo guerreira dos Al Saud então se aliou ideologicamente com os ensinamentos de al-Wahhab e formou uma aliança que perpassaria as gerações das duas famílias (ROCHE, 2012). A partir dali, eles juntos buscaram expandir seus domínios, utilizando de guerras, como era costume dentre as tribos da península, para dominar outras áreas e, por consequência, expandir a ideologia wahhabita. Enquanto ela justificava a liderança política saudita, os al Saud garantiam a ortodoxia religiosa dentro dos territórios dominados em suas batalhas.

A primeira expansão dos domínios sauditas ocorreu a partir 1754 com os patriarcas das duas famílias. O que veio a ser chamado de Primeiro Estado Saudita foi uma expansão dos domínios da tribo saudita por uma grande parte do Najd, derrotando belicamente outras fortes tribos, como, por exemplo, os al Khaledi de Ehsaa. Até 1798, suas expedições tiveram muitas

¹⁶ “Ibn Taymiyya quis reformar o pensamento sunita árabe, a fim de evitar qualquer polêmica sobre o texto do Alcorão ou sobre os textos aceitos pela tradição, limitando a discussão a uma interpretação dos termos. Seu objetivo foi o de formar a unidade em torno do Alcorão, a umma, rejeitando opiniões pessoais e aceitando apenas a aplicação estrita do livro sagrado.” (ROCHE, 2012, p. 7).

vitórias, chegando a derrotar, neste mesmo ano, o poderoso Sharrif de Meca. Enquanto isso, Al Saud impunha a doutrina wahhabitas aos territórios conquistados, tanto que em 1807 foram proibidas as peregrinações de egípcios e sírios, pois normalmente realizavam manifestações musicais e carregavam bandeiras, o que Abd al-Wahhab via como incompatível com o islã “correto” que proibia o culto a imagens e símbolos. Contrário a essas práticas ortodoxas, em 1812, com a autorização do Sultão otomano, Mohamed Ali do Egito invadiu a península Arábica com seus exércitos e acabou com a primeira experiência de domínio saudita, capturando seu líder Abdullah, neto do falecido Ibn Saud (AL-SAFI, 1993).

O chamado Segundo Estado Saudita foi fundado por um outro membro da família saudita de nome Turqui Bin Abdullah em 1820, após retornar de seu exílio durante a ocupação egípcio-turca. Ele juntou seu exército e controlou Riad e o centro do Najd, porém não foi sem resistência de outras lideranças tribais, que acabaram por assassiná-lo. Contudo, seu filho Faiçal Bin Turqui foi capaz de retomá-lo (AL-SAFI, 1993). Durante o período de controle saudita, os wahhabitas conseguiram expulsar quase a totalidade dos ulemás (clérigos muçulmanos) opostos a sua doutrina ultraconservadora do Najd (JONES, 2010). Contudo, novamente houve uma intervenção egípcio-turca, porém, dessa vez, foi enviado um membro da família saudita que havia tomado seu lado durante o período que esteve capturado no Egito. O resultado da batalha foi que Faiçal manteve seu controle sobre o Najd, porém reconhecendo a soberania otomana sobre parte da península. No entanto, novas disputas internas entre membros da família, dessa vez entre os filhos de Faiçal, Abdullah e Saud, somando-se a oposição de outras tribos, principalmente os Al Rashid da cidade de Há'il, ao norte de Riad, levaram ao fim do Segundo Estado Saudita. A tribo dos Al Rashid, apoiada pelos otomanos tomou então o controle do Najd, tornando-se a tribo mais poderosa da região (AL-SAFI, 1993; COMMINS, 2006).

Abdul Rahman, terceiro filho de Faiçal fugiu para o Kuwait com o resto da tribo, onde encontrou exílio com a família dominante Al Sabbah. Dentre seus filhos encontrava-se o futuro rei saudita Abdul Aziz. Em 1898 os Al Rashid planejaram um ataque ao Kuwait, que estava sob proteção inglesa desde 1725, com o apoio dos turcos, pois estes viam seu controle sobre seus territórios se enfraquecer. Os britânicos já haviam iniciado a ocupar estrategicamente as cidades portuárias do golfo pérsico à espera do desmoronamento do Império Otomano. Isso fez com que o Kuwait fosse declarado um protetorado britânico em 1899, impedindo sua invasão. Foi ali que Abdul Aziz teve um primeiro contato com potências ocidentais. Ele aprendeu bastante sobre a realidade da política internacional, tendo contato

com ingleses, franceses, russos e turcos, o que influenciou muito sua maneira de perceber a realidade de sua região (AL-SAFI, 1993; COMMINS, 2006).

Abdul Aziz Ibn Saud¹⁷, aos vinte anos, partiu do Kuwait para reconquistar as terras do Najd, enquanto seus pai, tios e primos esperavam no exílio (COMMINS, 2006). Com um grupo de guerreiros não muito grande, provavelmente de cerca de trinta homens, ele juntou os recursos necessários para a guerra, assaltando caravanas e pequenos povoados (AL-SAFI, 1993). Em 1902, Abdul Aziz reconquistou a cidade de Riad, que na época não possuía mais que alguns milhares de habitantes, do controle dos Al Rashid. Na década de 20, ele aniquilou as forças dos hachemitas, tomando as cidades de Meca e Medina (ROCHE, 2012). Até, 1932, ele se engajou em uma campanha militar e diplomática que o levaria a conquistar 80% da Península Arábica, demarcando, enfim, o território da atual Arábia Saudita. Por consequência, a retomada do poder saudita também confirmaria a supremacia da doutrina wahhabita e dos descendentes de al-Wahhab, os al-Sheikh, como importantes lideranças religiosas (COMMINS, 2006).

Diferentemente das outras experiências sauditas, a construção do Terceiro Estado ocorreu de maneira diferente. Marcado por suas experiências, acredita-se que Abdul Aziz via que seria necessário superar as adversidades do deserto para poder manter o controle do recém-formado Estado Saudita. Ulémás wahhabitas de Riad foram enviados para ensinar sua doutrina as tribos nômades do deserto para livrá-los de outras crenças e angariar soldados para as conquistas de seu Estado, estes formaram um grupo chamado *Ikhwan* (Irmandade), guerreiros religiosos ultra-conservadores ligados mais por ideologia do que por liderança aos al Saud, que ajudaram durante as guerras de conquista. Isso se justificava pelos ensinamentos de al Wahhab que via beduínos como infiéis a serem conquistados e convertidos (COMMINS, 2006). Algumas estimativas, talvez exageradas, apontam que até 400 mil pessoas podem ter sido mortas durante essas conquistas sauditas. Algo é certo, atrocidades foram cometidas contra a população do Hijaz (Meca e Medina, cidades tradicionalmente cosmopolitas), os Asiris da fronteira com o Iêmen, e os xiitas do leste da península. Todos passaram por massacres, seus monumentos foram destruídos e suas crenças proibidas, graças à imposição da nova doutrina religiosa wahhabita (BRADLEY, 2005).

Para pacificar definitivamente a população dos territórios conquistados, Ibn Saud iniciou uma campanha para criar assentamentos agrícolas para as populações nômades. Dessa

¹⁷ Abdul Aziz Ibn Saud foi o fundador da Arábia Saudita moderna. Nascido em 1876, conseguiu retomar Riad dos Al Rashid em 1902 e expandiu seus domínios até 1932, quando fundou-se oficialmente o Reino da Arábia Saudita. Reinou sobre o país até 1953, quando foi substituído por seu filho Saud Bin Abdul Aziz al Saud.

maneira talvez fosse possível garantir a segurança das cidades sauditas através da remoção da constante instabilidade e das guerras em que vivia a população do Najd (COMMINS, 2006). Para isso, seria necessário que se desenvolvesse agricultura e se garantisse a oferta de água. Como em qualquer outro Estado moderno, o líder saudita percebeu que, para centralizar o controle sobre sua população, seria necessário ter poder sobre seu instável meio-ambiente. De acordo com Toby C. Jones, controlar, administrar e organizar a natureza é um elemento básico para a construção de um Estado. A definitiva emergência da monarquia saudita no início do século XX foi consistente com o surgimento de autoridade política por todo o mundo em desenvolvimento. O poder sobre a terra, a propriedade e os recursos naturais era importante para determinar, governar e policiar a totalidade do território do novo Estado (JONES, 2010).

Portanto nas primeiras três décadas do século XX, os principais objetivos do novo Estado Saudita foi conquistar violentamente o território, estabilizar definitivamente a população, garantir a independência de seu Estado e criar assentamentos agrícolas. Após esse período, em 1932, foi declarado formalmente Reino da Arábia Saudita.

3.2 Apoio Externo: a proteção britânica e a aliança com os EUA

Como já apontado, após seu retorno do Kuwait, onde estavam sob proteção do xeique local, os Al Saud reconquistaram o Najd, fundaram o Reino da Arábia Saudita, e buscaram fortalecer-se através de uma reforma interna. Contudo, suas conquistas também foram uma conquista de sua política externa. Em primeiro lugar, Ibn Saud precisava lidar cuidadosamente com as forças externas exatamente pelo fato de que elas garantiriam o sucesso desse processo de construção de Estado. Em segundo lugar, ele somente foi capaz de, cada vez mais, conseguir a ajuda e a tolerância necessária pelo fato de ser reconhecido como um crescente poder regional a ser considerado. Portanto, o relacionamento dos sauditas com as potências externas permitiu que se realiza-se, com sucesso, a construção do Estado Saudita e principalmente garantiram a liderança da família al Saud nesse processo (NONNEMAN, 2001).

Até o final do século XIX, as principais influências no interior da Península Arábica eram os turcos, os egípcios e as forças tribais internas, tanto que os dois primeiros Estados Sauditas foram derrubados, em parte, graças à intervenção turco-egípcia e sua aliança com outras lideranças tribais. Contudo, Abdul Aziz percebia de maneira pragmática a realidade da política regional e internacional no início do século XX, e também a crescente presença de

outras potências internacionais na região, principalmente Reino Unido, França, Rússia e Alemanha (AL-SAFI, 1993; NONNEMAN, 2001). Aparentemente, era claro, para Abdul Aziz, que havia uma hegemonia incontestada do Reino Unido, portanto desde os primeiros anos do século XX ele buscou aproximar-se desse país como uma maneira de combater a aliança dos Otomanos com os Al Rashid (NONNEMAN, 2001).

A primeira oferta de aliança foi enviada por seu pai, Abdul Rahman, aos britânicos, oferecendo o status de protetorado britânico, logo que Abdul Aziz conquistou Riad em 1902, porém não houve resposta destes. Após essa, outras treze correspondências foram trocadas entre os sauditas e os britânicos, mas nenhum acordo foi fechado, já que os britânicos não queriam piorar as relações com os otomanos. No entanto, a I Guerra Mundial estourou em 1914, conferindo um aumento de importância à oposição aos otomanos na região. Para os britânicos a primeira opção de aliança era com os Hachemitas das cidades sagradas, porém a expansão dos domínios sauditas até o Golfo Pérsico (onde havia muitos interesses britânicos) e a assinatura de um pacto entre os sauditas e os otomanos fizeram com que os britânicos percebessem a verdadeira força que os sauditas haviam adquirido com suas conquistas bélicas em menos de 15 anos. Dessa forma, em dezembro de 1915, foi assinado o Tratado Anglo-Saudita de Darin, no qual os britânicos reconheciam o controle saudita sobre o Najd e conferiam a dependência saudita sob proteção britânica. A partir de então, Ibn Saud começou a receber armas, empréstimos e uma quantia anual de 60 mil libras esterlinas dos britânicos com os quais ele promovia a consolidação do Estado Saudita, através de meios militares e de práticas clientelistas com seus aliados internos (NONNEMAN, 2001).

De acordo com Askar H. Enazy (confirmando o que já foi mencionado no capítulo 1), não foi, portanto, unicamente a ortodoxia wahhabitica que garantiu a fundação do Reino Saudita, mas também uma intensa expansão saudita ocorrida entre 1914 e 1927, resultando da implementação da política imperial britânica para atingir seus objetivos militares e políticos no Oriente Médio sem os quais possivelmente os sauditas não teriam alcançado seu sucesso (ENAZY, 2009).

Acabada a I Guerra Mundial, as doações britânicas foram interrompidas em meados da década de 20, pois não havia mais um forte inimigo na região que competisse com o poderio britânico. Ibn Saud precisava outra fonte de renda e, decidiu empreender uma campanha contra os Hachemitas do Hijaz que controlavam o fluxo de peregrinos às cidades sagradas. Após algum tempo de conflitos em 1926 ele expulsou-os, integrando a região do litoral do Mar Vermelho aos seus domínios (DELANEY, 2009). Contudo com o aumento do tamanho de seu domínio territorial, um conflito bélico com o Iêmen no início da década de 30, a crise

financeira econômica que assolou a região e o mundo no início da mesma década, o Reino Saudita começou a criar grandes dívidas, o que só se resolveria com a descoberta do petróleo. Ainda assim, mesmo que as concessões de exploração não tenham sido dadas a empresas britânicas, sua influência continuou extremamente importante na região até a II Guerra Mundial (NONNEMAN, 2001).

O Reino Unido teve sua economia arrasada durante a I Guerra Mundial, enquanto os EUA saíram com muitos ganhos econômicos do conflito. Assim, a nova potência norte-americana apareceu com total fôlego no Oriente Médio. Além da presença física de suas tropas, também seus interesses econômicos acabaram se tornando importantes. Desse momento em diante os estadunidenses concorreriam diretamente com os britânicos como maior força na região. Um dos ocorridos mais ilustrativos dessa alteração nas forças regionais foi o encontro entre o Rei Abdul Aziz e o presidente Roosevelt (Figura 2) a bordo do USS Quincy em 1945 (NONNEMAN, 2001), ilustrado pela imagem abaixo. Nesse encontro, ambos selaram um acordo histórico, Abdul Aziz garantiria o acesso dos recursos petrolíferos sauditas, descobertos durante a década de 1930, aos Estados Unidos, e Roosevelt comprometeu-se a garantir a segurança da família real saudita, tomando o papel dos britânicos (RATO; SOLLER, 2008).

Figura 2



Fonte: EMBAIXADA SAUDITA, 2013

O processo de independência de todas as colônias europeias iniciou-se após o fim da II Guerra, já que a devastação da Europa impossibilitava a manutenção desses territórios sob seu domínio. Somando-se a isso, o início da Guerra Fria e o medo da expansão do comunismo

pelos novos territórios independentes e pela Europa destruída levaram os Estados Unidos a iniciar uma política de contenção da União soviética nestas regiões. Nesse sentido, eles esperavam mostrar para o rei Ibn Saud que a presença política estadunidense na região e a relação entre os dois países ocorreriam diferentemente da prática mais assertivas das potências coloniais europeias, ou seja, uma parceria menos incisiva. Assim, os EUA esperavam impedir um alinhamento entre Arábia Saudita e União Soviética (DELANEY, 2009). De acordo com Al-Safi, isso certamente não aconteceria, pois o “Rei Abdul Aziz considerava a União Soviética um país ateu... contrário aos valores islâmicos” (AL-SAFI, 1993, p. 62). Contudo, o encontro entre os dois líderes foi decisivo para a definição da nova aliança estratégica entre os dois países.

Os novos interesses dos EUA na Arábia Saudita o levaram a perceber o quão importante seria manter a integridade territorial e a independência saudita, e dessa maneira garantir um importante aliado no Oriente Médio. Foi com esse objetivo que os EUA empreenderam uma grande obra de construção no país: a base aérea de Dhahran. Essa obra começou ainda durante a II Guerra, porém pelos próximos quinze anos sua construção representou um símbolo do comprometimento estadunidense com o país. Dessa maneira, a monarquia saudita viu que um aliado e investidor muito poderoso estava interessado na segurança de seu Reino. Ibn Saud chegou a ser chamado pelo Secretário de Estado dos EUA, em um comunicado ao presidente Truman em 1953, como “o melhor amigo que os EUA têm no Oriente Médio” (DELANEY, 2009).

Enquanto as principais preocupações da Arábia Saudita ainda eram as monarquias hachemitas do Iraque e da Jordânia, as quais ela temia que quisessem retomar seu controle sobre seus territórios de Meca e Medina, que haviam sido usurpados pelos sauditas, subiu ao poder, no Egito, Gamal Abdel Nasser, o maior expoente do nacionalismo árabe. Nasser controlava o mais populoso e poderoso país árabe e se tornou o homem mais influente da região. Ele acusava as monarquias sauditas de perpetuarem o colonialismo ocidental por sua estreita ligação às “potências imperialistas”¹⁸. Nasser se aproximou da URSS, aceitando ajuda financeira e militar. Formou-se então uma “Guerra Fria” no Oriente Médio com o Egito de Nasser de um lado, e os antigos inimigos sauditas, iraquianos e jordanianos no outro. Nasser queria formar uma nação árabe unificada livre das divisões nacionais criadas no início do século XX, incluindo as monarquias árabes.

¹⁸ Segundo Delaney, “Nasser’s open opposition to Arab monarchies threatened the House of Saud and was causing Saudi citizens to question King Saud’s legitimacy.” (DELANEY, 2009, p. 33).

O presidente americano Eisenhower, buscando diminuir a influência de Nasser, decidiu promover o rei Saud, filho mais velho do falecido Ibn Saud, como um “Papa islâmico” que iria superar Nasser como maior líder árabe. Esse objetivo comum de combater ambas as influências do Egito e do comunismo ateu fortaleceu as bases da uma aliança que seria muito importante nas décadas subsequentes (DELANEY, 2009).

Houve um temporário esfriamento das relações entre os dois países com o afastamento de Saud e o coroamento de seu irmão Faisal, concomitantemente com a presidência Kennedy¹⁹, enquanto os Estados Unidos retomavam conversas com o presidente Nasser. No entanto, a expansão da influencia soviética, no final da década de 60, em países como Iêmen, Síria e Iraque, levou os Estados Unidos a declarar a doutrina dos “Twin Pillars”. Esta consistia no fortalecimento militar e apoio tanto à Arábia Saudita, quanto ao Irã do Xá Reza Pahlevi, atribuindo o papel de polícia do Oriente Médio aos dois (DELANEY, 2009 e RATO; SOLLER, 2008).

A liderança saudita durante a crise do petróleo de 1973 demonstrou ainda mais a importância do país para a estratégia estadunidense, principalmente quanto à manutenção dos preços do petróleo. Nesta década também, os soviéticos apoiaram a invasão etíope sobre a aliada saudita Somália e do Iêmen do sul frente aos também aliados do Iêmen do Norte. Mais importante ainda foi a ocorrência da queda do Xá durante a Revolução Iraniana em 1979 e o nascimento da hostil República Islâmica do Irã liderada pelo Aiatolá Khomeini, o que fortaleceu a importância do apoio americano ao regime saudita (RATO; SOLLER, 2008). Os EUA percebiam que o papel da Arábia Saudita no mundo islâmico sunita poderia representar uma importante arma ideológica contra a euforia revolucionária desestabilizadora que representava o Irã, ainda mais após a invasão soviética ao Afeganistão no mesmo ano. Seu apoio aos saudita seria indispensável para desafiar o apelo iraniano pela liderança do mundo islâmico (GAUSE III, 2009).

A Guerra do Golfo²⁰, ocorrida em 1990 – 1991 foi o ponto mais alto do apoio americano ao regime saudita. O presidente do Iraque, Saddam Hussein, constantemente dizia que as monarquias árabes eram “reliquias do passado” e que os EUA apoiavam monarquias feudais e reacionárias. Para ele, estas monarquias haviam se tornado ricas demais e deveriam distribuir suas riquezas com todos os árabes. Foi com esse objetivo que ele invadiu o Kuwait

¹⁹ Kennedy tomou posse em 1961 com uma visão diferente do Oriente Médio. Para ele, as monarquias conservadoras, como a Arábia Saudita, que não são abertas a modernização, somente levariam à instabilidade social e a penetração ideológica soviética. Isso o levou a uma aproximação ao Egito de Nasser. (DELANEY, 2009).

²⁰ A I Guerra do Golfo ocorreu em 1990-1991, quando o Iraque governado por Saddam Hussein invadiu o Kuwait.

em 1990. Havia o medo de que a invasão se expandisse ao território saudita, dando acesso de todos seus recursos a um novo líder regional hostil aos interesses estadunidenses na região. Utilizando da infraestrutura militar e civil que petrodólares sauditas e empresas de construção dos EUA haviam construído na Arábia Saudita, os EUA colocaram uma força de cerca de meio milhão de homens no território saudita para defendê-lo e expulsar os iraquianos do Kuwait, o que de fato ocorreu impedindo que Saddam Hussein atingisse seus objetivos estratégicos (GAUSE III, 1994; 2009).

Com o fim da união soviética em 1991, os ataques terroristas de 11 de setembro aos EUA perpetrados por cidadãos sauditas em 2001, a hesitação da Arábia Saudita em adotar medidas antiterroristas e a derrubada do Iraque de Saddam em 2003, a Arábia Saudita perdeu em parte o papel estratégico que tinha durante o período anterior. No entanto, isso não muda o fato de que ela é, juntamente com Israel, o mais constante aliado do EUA no Oriente Médio e possui uma capacidade reserva de produção de petróleo capaz de garantir a constante oferta de petróleo ou cobrir a queda na produção de petróleo de outros países. Isso é determinante para o contínuo apoio estratégico e militar deles ao seu regime.

3.3 Petróleo: “compra” de legitimidade

Todo o desenvolvimento ocorrido na Arábia Saudita desde o Reinado de Abdul Aziz esteve ligado à indústria do petróleo. O petróleo garantiu a estabilidade e prosperidade econômica do reino desde a presença política dos britânicos (AL-SAFI, 1993). Tanto que até hoje boa parte da economia saudita depende do fluxo contínuo de renda advinda da exportação de petróleo de seus derivados.

Para Gause, isto seria uma ironia do destino, já que desde sempre essa área foi extremamente pobre, se comparada com regiões de agricultura fértil como o Egito, a Mesopotâmia e a Pérsia. A produção econômica era tão pequena que nenhum regime, desde de Maomé até o Terceiro Estado Saudita foi capaz de manter o controle da região por períodos muito longos. Mesmo com o advento do Estado Saudita, no início, o governo dependia fortemente do apoio financeiro britânico e, posteriormente, de taxas cobradas sobre a peregrinação às cidades sagradas de Meca e Medina. Contudo a crise dos anos 1930 fez diminuir em muito o número de peregrinos e, por consequência, a renda do governo saudita (GAUSE III, 1994). Além disso, a crescente necessidade de modernização do Estado Saudita, a fim de superar definitivamente o modo de vida da população beduína implicaria necessariamente num aumento nas fontes de renda (DELANEY, 2009). O então conselheiro

britânico do rei saudita, John Philby afirmava que o rei lhe dissera nessa época: “Se qualquer um me oferecer um milhão de libras agora, ele seria bem-vindo a todas as concessões que ele quiser em meu país”²¹ (GAUSE III, 1994).

Em 1930, após não conseguir apoio dos europeus nesse sentido, Abdul Aziz requisitou uma reunião com o ex-representante dos EUA na China, filantropo envolvido em mudanças políticas na região, Charles Crane, que o visitou em Jidá. Crane já havia realizado uma viagem ao Iêmen quatro anos antes e lá ajudou a financiar pesquisas sobre os recursos minerais do país. Karl Twitchell, que havia sido geólogo e engenheiro chefe de seu projeto no Iêmen, foi enviado então para a Arábia Saudita a seu serviço, onde realizou uma expedição de estudo. Nela, suas conclusões não foram muito promissoras em relação à água, indispensável em seu país desértico e uma das principais preocupações do rei, porém ele acreditava que haveria indícios de riquezas minerais em seu território. Após uma viagem ao Barein, onde prospectivas de petróleo estavam ocorrendo, ele chegou à conclusão de que haveria grandes possibilidades de se encontrar petróleo também na Arábia Saudita (JONES, 2010).

Em 1932, ele retornou aos Estados Unidos e lá, já não mais à serviço do filantropo, ele viu a possibilidade de grandes negócios. Twitchell começou a procurar investidores dispostos a empreender um projeto de prospecção de petróleo na Arábia Saudita, o que não era uma tarefa fácil durante a grande depressão econômica dos anos 1930 (JONES, 2010; DELANEY, 2009). Ele finalmente chegou às portas da *Standard Oil Company of California* (SOCAL) em maio de 1933, com a qual ele conseguiu apoio. No mesmo ano, foi assinado um contrato com o governo saudita que garantia à SOCAL a concessão da região de Al-Haza para prospecção por 60 anos em troca dos *royalties* da produção de petróleo (JONES, 2010; AL-SAFI, 1993). Logo foram enviados os primeiros times de geologistas, que, após alguns anos de desapontamentos, finalmente, em 1938, encontraram as primeiras reservas comerciáveis e lucrativas do país em Dharan no leste da península. O Campo de Ghawar²² (Figura 3), até hoje a maior reserva de petróleo do mundo, seria descoberto após poucas décadas e isso levaria a Arábia Saudita ao topo da lista de países com maiores reservas de petróleo do mundo (JONES, 2010).

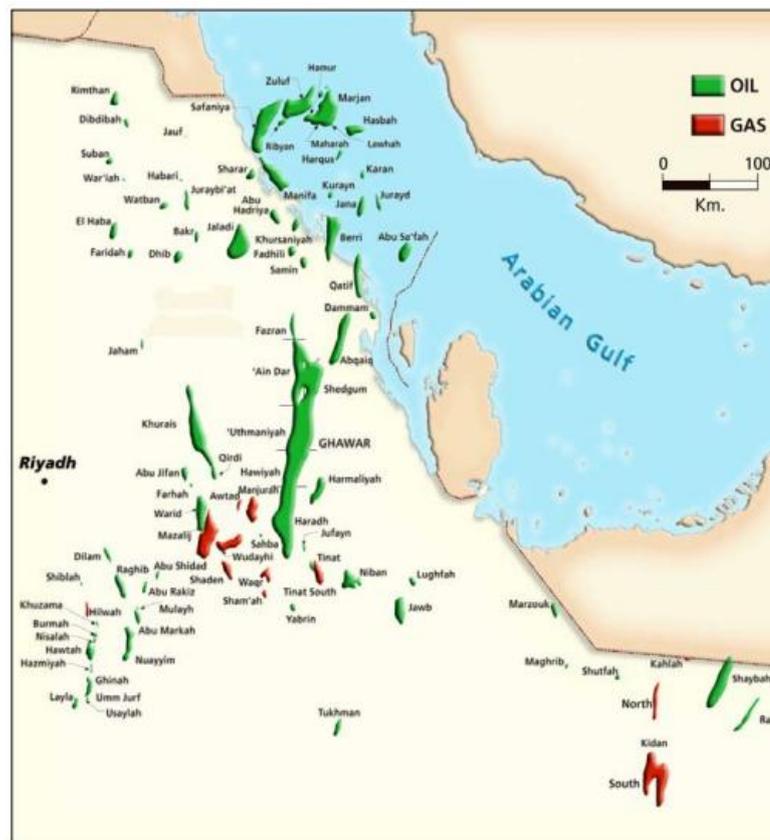
Em relação ao controle da produção do petróleo, o Estado saudita foi paulatinamente aumentando sua presença no processo. Em 1940, a chamada *California Arabian Oil Company*, formada em um acordo entre a SOCAL e a *Texas Oil Company*, mudou seu nome

²¹ Tradução nossa.

²² O campo de Ghawar foi uma descoberta de cerca de 60 bilhões de barris de petróleo. Representa, ainda hoje, a maior reserva de petróleo mundial e cerca de metade da produção diária da Arábia Saudita. (SAUDI ARAMCO, 2013).

para *Arabian American Oil Company* ou ARAMCO. O governo começou a aumentar sua presença na empresa e no processo de extração de petróleo. Em 1950, os sauditas promulgaram o primeiro decreto estabelecendo o imposto de renda no País, incluindo ambas pessoas físicas e jurídicas. A partir de então, além de pagar royalties, todas as empresas petrolíferas presentes no país, incluindo a ARAMCO deveriam pagar 50% de imposto sobre seus lucros líquidos, aumentando assim a fatia do Estado na exploração. Dois anos depois, foi acordado também que o governo deveria participar com representantes das reuniões da empresa, o que a obrigou a fixar um escritório central no país, mais especificamente em Dharan (AL-SAFI, 1993).

Figura 3



Fonte: MIDDLE EAST INSTITUTE, 2009

Em 1973, a Arábia Saudita e mais alguns países exportadores de petróleo, reunidos na Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP)²³, impuseram um embargo a alguns

²³ A Organização dos Países Exportadores de Petróleo foi fundada em 1960, em Bagdá no Iraque, com o objetivo de unificar as políticas dos países exportadores de petróleo e regular o mercado. Sua fundação foi contemporânea da conclusão do processo de independência das colônias europeias na Ásia, na África e no Oriente Médio. Teve

países como resultado da Guerra do Yom Kipur e seu apoio a Israel, incluindo aos EUA. A tentativa de recuperação dos territórios perdidos para Israel na Guerra dos Seis Dias em 1967 tomada pela Síria e pelo Egito foi frustrada pela intervenção de alguns países aliados de Israel, incluindo os EUA. O resultado do embargo foi um aumento generalizado dos preços de petróleo que subiram quatro vezes em três meses, subindo de 2,90 dólares para cerca de 11,60 dólares. Certamente havia um objetivo econômico em aumentar o valor arrecadado com a exportação do petróleo. Para os países exportadores de petróleo parecia injusto manter artificialmente o preço do petróleo a um patamar muito abaixo do valor real do produto. O aumento da demanda constante pelo produto não era acompanhado por um aumento de preços compatível. No ano seguinte, o embargo foi retirado, porém o preço nunca mais voltou a seu patamar anterior.

Simultaneamente, a Arábia Saudita continuou com o processo de nacionalização da ARAMCO. Em 1973, o Estado saudita tomou posse de cerca de 25% da companhia. No Ano seguinte, esta porcentagem subiu para quase 60% do controle da empresa e, finalmente, em 1980, chegou-se a um acordo em que a ARAMCO se tornaria propriedade total do Reino da Arábia Saudita. Desse modo, a monarquia saudita tomava o controle da administração e da produção do petróleo que existia no seu território (AL-SAFI, 1993).

Foi a partir dessa mesma década, 1970, que se iniciaram os Planos Quinquenais de Desenvolvimento da Arábia Saudita. A partir do aumento da renda do petróleo ocorrida com a nacionalização da sua produção e com o aumento dos preços após a crise, a Arábia Saudita foi capaz de promover diversos projetos de desenvolvimento essenciais para a estabilidade do regime. Eles abrangiam as mais diferentes áreas: dessalinização de água, estradas, telefonia, agricultura, construção civil, educação, saúde e outros. Al-Safi acredita que esses projetos buscaram transformar, e de certa forma obtiveram êxito, o Estado saudita em um Estado moderno (AL-SAFI, 1993).

Desde os anos 1990, de acordo com o Fundo Monetário Internacional, a Arábia Saudita tem sido capaz de estabilizar o mercado mundial de petróleo com sua capacidade reserva de produção. Respectivamente durante a Primeira Guerra do Golfo em 1990-91, a Segunda Guerra do Golfo e as greves venezuelanas em 2002-03, e o ataque à Líbia em 2011, a Arábia Saudita foi capaz de substituir a queda da oferta resultante dos conflitos. No primeiro caso, quando a produção do Iraque e do Kuwait teve uma queda de produção de 4,4 milhões de barris diários, o aumento de produção saudita foi de 2,8 milhões de barris no mesmo período.

em sua fundação 5 membros: Irã, Iraque, Kuwait: Arábia Saudita e Venezuela. Até 1973, se incorporaram Qatar, Indonésia, Líbia, Emirados Árabes Unidos, Argélia, Nigéria e Equador (OPEP, 2013).

No segundo, as greves venezuelanas levaram a uma diminuição 1,2 milhão de barris diários, o que foi rapidamente coberto pelo aumento de 1,1 milhão de barris diários sauditas, que se mantiveram mesmo após a recuperação venezuelana graças à ocorrência da II Guerra do Golfo e a respectiva perda de parte da produção iraquiana. Por fim, o mais recente caso de intervenção saudita no mercado de petróleo foi durante o ataque à Líbia de Muammar Ghadafi em 2011, cuja perda de produção foi de cerca de 1,5 milhão de barris de petróleo, o que a Arábia Saudita respondeu com um aumento de 1 milhão de barris diários de produção (INTERNATIONAL MONETARY FUND - IMF, 2013).

Internamente, a importância da indústria do petróleo para o regime saudita fica muito mais evidente quando se analisam os dados de sua economia. O controle do setor do petróleo garante à Arábia Saudita uma renda *per capita* muito alta, que em 2010 representava 23,826 dólares, o que a colocou, nesse mesmo ano, na colocação de número 39 entre 133 países. A representatividade do petróleo nessa alta renda fica muito claro quando se analisam os dados de sua pauta de exportação. Em 2010, cerca de 74,8% das exportações sauditas eram de petróleo e gás natural e 7,3% eram derivados de petróleo, ou seja, mais de 80% de suas exportações dependem da indústria de petróleo. Esse valor somado fica no patamar de 148,7 bilhões de dólares. Sabendo que seu PIB foi de cerca de 622 bilhões de dólares neste mesmo ano, esse valor representa um número bem representativo (APEX-BRASIL, 2012). Além do mais, o setor do petróleo, se considerado em sua totalidade e não somente a exportação, representa cerca de 45% do total do produto interno bruto (PIB) saudita e 80% da orçamentação de seu Estado (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY - CIA, 2013).

Se depender das reservas e da produção de petróleo, essa alta renda pode continuar a existir. De acordo, com a Agência Estadunidense de Energia (U.S.EIA), em 2012, sua produção de petróleo foi de 11,7 milhões de barris diários, também a maior do mundo, das quais cerca de 8,8 milhões eram exportados (U.S.EIA, 2013). Já o tamanho das reservas confirmadas varia, enquanto a U.S. EIA indica que suas reservas são ainda as maiores do mundo com 267 bilhões de barris, frente a 211 bilhões de barris da segunda colocada, a Venezuela; o FMI afirma que suas reservas já foram ultrapassadas pelas venezuelanas que hoje representam o número de 297 bilhões de barris. (U.S.EIA, 2013; FMI, 2013)

Como os dados demonstram, é inegável que a Arábia Saudita possui um recurso econômico gigantesco ao seu dispor e que esse recurso influenciou determinantemente o desenvolvimento de sua economia e de seu Estado. A natureza da indústria do petróleo é que ela concentra muito riqueza e poder nas mãos do governo. Assim, a economia é mediada pelo governo e é sua a decisão de onde alocar os recursos (GAUSE III, 1994). Como já

mencionado no Capítulo 1, não há necessidade de arrecadar impostos em Estados distributivos, e a Arábia Saudita, desde os anos 1970, é um desses casos. Isso diminui a capacidade de barganha da população, ou seja, a família real saudita tem a liberdade de privilegiar seus aliados internos e punir seus inimigos. Da mesma maneira, as obras realizadas desde os anos 1970, além de possuir um caráter modernizante, também tem a função de garantir a lealdade da população, garantindo ou negando tais benefícios e isso certamente tem favorecido a manutenção do regime saudita. a anterior realidade da península representa um salto qualitativo imenso (AL-SAFI, 1993). Portanto, o que existe na Arábia Saudita contemporânea, de acordo com Mohammed El-Katiri, é uma “compra de legitimidade”, usando dinheiro do petróleo, através do emprego da população adulta saudita em instituições públicas, empréstimos, aumentos de salário, e muitas outras ferramentas de distribuição de renda que garantem o apoio da população no curto prazo (EL-KATIRI, 2013).

3.4 As coalizões internas

Desde o século XVIII, fica claro que as coalizões foram fundamentais para a construção e manutenção do regime saudita. Como já mencionado, a primeira coalizão foi a realizada entre as tribos Al Saud e Al Sheikh, com a chegada do clérigo al-Wahhab à Dariyah. Desde então a aliança entre a família real saudita e de seus sucessores foi essencial para a construção do Estado saudita. Nesse sentido, era comum haver casamentos entre os membros das duas famílias como uma maneira de cristalizar a aliança (GAUSE, 1994). Mantinha-se assim o primeiro mecanismo clientelista criado pelo regime saudita, que garantia o apoio ao seu domínio em troca da disseminação da doutrina religiosa. Enquanto com o tempo, os casamentos entre as duas famílias foram se dissipando, a ligação entre o poder da família real e a visão puritana da doutrina wahhabita se manteve.

Um importante resultado dessa aliança foi a criação dos grupos militares religiosos conhecidos como *Ikhwans*(Irmandade). Estes eram beduínos nômades, Recrutados dentre as tribos para se fixarem em assentamentos agrícolas. Eles eram educados na doutrina islâmica por *ulemás* (clérigos) sauditas que introduziam os ensinamentos de Al-Wahhab aos novos habitantes. Seu poder se tornou tão grande que, nas décadas de 1910 e 1920, tiveram grande importância nas conquistas da família Al-Saud nas extremidades da península. Contudo, sua exagerada ortodoxia acabou por obrigar Ibn Saud a persegui-los, pois sua *jihād*²⁴ contra os

²⁴ Guerra Santa (Pereira, 2003).

muçulmanos moderados e os “infieis” ocidentais acabaria por levá-lo a um confronto direto com os britânicos em seus outros protetorados no golfo Pérsico e no Iraque e na Jordânia (GAUSE, 1994). Ainda assim, seu apoio nos primeiros anos foi essencial para a família saudita, garantindo o domínio sob o atual território saudita.

Com a descoberta do petróleo, novas possibilidades de garantir um governo de coalizões foram criadas. Primeiramente, os *ulemás*, que haviam perdido influência sobre o poder militar do país, continuaram sendo parte importante da estrutura social saudita. Na realidade, de acordo com Gregory Gause III, os grupos religiosos ainda continuaram sendo os mais importantes clientes do regime saudita (GAUSE III, 2011). Para manter um controle sobre eles, a família real iniciou um processo de incorporação do clero nas instituições do Estado principalmente após o início da burocratização do Estado nos anos 1950 e 1960. Estas lideranças vieram a ocupar diferentes cargos públicos, o que dava um papel oficial as lideranças religiosas, mantendo seu poder e status. Através desse meio, a família real saudita buscava ganhar sua lealdade, reduzindo as chances dos mesmos fazerem parte de alguma oposição política. Assim os *ulemás* se tornaram parte da estratégia política da família real, pois eles garantiam uma sanção religiosa à ordem política do regime. Desde então, a maior parte dos clérigos religiosos têm sido empregada pelo Estado Saudita, independentemente da função que ocupem: juizes, professores, acadêmicos ou pregadores, e ali também são mais facilmente controlados pela família real (ANDERSON, 1991; GAUSE III, 1994).

Existe também no país uma força exclusivamente voltada para o controle da ordem religiosa, formada em sua maioria por clérigos religiosos. A chamada Mutawwa é a polícia religiosa responsável por fiscalizar o seguimento das práticas religiosas da população de acordo com a doutrina wahhabita. Temas como o jejum durante o Ramadan, a obrigação de realizar cinco preces diárias, a proibição ao consumo de álcool e a “modéstia” das mulheres são de sua responsabilidade. Durante os anos 90, estimava-se que seus membros chegassem a 20 mil homens, dos quais a maioria era de empregados públicos. A Mutawwa é controlada pelo Comitê para a Propaganda da Virtude e Prevenção do Vício sob a autoridade do rei (JANES, 2009).

A família real saudita foi adquirindo um tamanho muito grande e se dividindo em diferentes ramos ao longo do tempo. Essa divisão já havia aparecido como desafio no início do reinado de Abdul Aziz, quando um outro ramo conhecido como Saud al-Khabir, ou Araif, realizou uma reivindicação ao trono. Isto foi resolvido com um casamento entre o descendente mais velho deste ramo com a filha do rei Abdul Aziz. Contudo, esse mecanismo não foi o suficiente para impedir a reivindicação de um outro ramo da família, o Jiluwi. Para

resolver os problemas de contestação interna da família real, foram dados cargos-chaves a membros importantes de suas diferentes ramificações. Por exemplo, o líder dos Jiluwi tem tradicionalmente governado a importante província oriental de Al-Hasa, onde fica grande parte das reservas de petróleo sauditas. Mesmo quando em 1985, o filho do rei Fahd foi delegado para este cargo, o Príncipe Muhamad Bin Fahd Bin Jiluwi ficou com o controle das suas duas maiores cidades Hofuf e Ahsa. O ramo dos Thunayan também representa outro caso de cooptação dos diferentes ramos da família. Eles têm ocupado cargos de vice-ministros em diversos ministérios há décadas (KECHICHIAN, 2001). Portanto, o apontamento de cargos políticos para membros importantes da família real também tem favorecido as necessidades do regime e a coesão da família.

Também relativamente à família real, Fred Halliday cita outros instrumentos de manutenção da coesão da família real. A *khususia* é algo como uma pensão recebida por todos os príncipes da família real saudita e que pode chegar hoje à casa de centenas de milhares de dólares. Eles também têm direito a benesses como, por exemplo, passagens aéreas grátis. Além disso, seu acesso indiscriminado ao poder, permite-lhes alcançar seus interesses com muito mais facilidade. O autor menciona casos de príncipes que conseguiram: se apropriar de terras de maneira duvidosa, obter uso preferencial de meios de transporte de carga, controlar empresas de correios, construir riquezas empresariais (HALLIDAY, 2000).

As forças armadas têm grande importância nesse processo de delegação de cargos, principalmente na alta cúpula da família al Saud. Desde sua criação, as forças armadas sofreram diversas divisões: Guarda Real, Guarda Nacional, forças armadas regulares, Inteligência Real, etc. Elas também vêm sendo confiadas aos membros importantes da família real e tradicionalmente de facções opostas da família. Enquanto um número amplo de membros têm acesso ao uso da força, essa multiplicidade de atores funciona como um impeditivo às rivalidades internas (KECHICHIAN, 2001). Os ministérios também têm essa função, sendo ocupados tradicionalmente pelos membros seniores da família real e importantes membros de outras tribos do país. O Ministério da Defesa e da Aviação, o Ministério do Interior e o Ministério das Relações Exteriores são tradicionalmente ocupados por membros importantes da família real e possíveis herdeiros ao trono dentre os príncipes. Outros ministérios são controlados pelos membros da família al Sheikh e outros membros importantes da sociedade saudita (JANES, 2009).

Em relação à população saudita em geral, para Al Safi, é inegável que houve um salto na qualidade dos serviços públicos oferecidos pelo Estado Saudita, principalmente após o início dos Planos Quinquenais na década de 70. A garantia de oferta de água através do

processo de dessalinização foi uma das primeiras políticas implementadas pelo Estado Saudita, garantindo um acesso quase universal a toda a população. A infraestrutura do país é hoje moderna e o sistema de saúde e educação abrange a grande maioria da população, o que comparado com a anterior realidade da península representa um salto qualitativo imenso (AL-SAFI, 1993). Contudo, como já dito, essas reformas também tem a função de garantir a legitimidade da família real através do emprego da população adulta saudita (EL-KATIRI, 2013). Dessa forma, fica claro que os mecanismos de distribuição de cargos e renda garantem que boa parte da população mantenha seu apoio a família real saudita, confirmando a necessidade, indicada por Halliday, de manter a classe média incluída nos mecanismos clientelistas das coalizões internas.

Nesse sentido, também o grande empresariado saudita exerce um importante papel. Da mesma maneira como o governo saudita pode mobilizar suas redes de clientelismo com a população para manter a estabilidade do regime, a comunidade empresarial saudita age em consonância com a família real, quando existe alguma necessidade. Por exemplo, os mesmos aumentos salariais que recebem os cidadãos empregados pelo setor público do Estado saudita podem ser dados aos funcionários das empresas privadas a fim de garantir a manutenção do apoio popular às políticas do regime saudita. Isso ocorreu durante o ano de 2011, enquanto ocorria a “Primavera Árabe” no Oriente Médio, quando pacotes de incentivo foram dados pelo Estado saudita, ao mesmo tempo em que aumentos salariais ocorriam no setor privado (GAUSE III, 2011). Também as tribos tradicionais que, mesmo tendo mudado parcialmente de configuração após o processo de urbanização e sedentarização do reino, ainda fazem parte do esquema de alianças do reino. O que ilustra essa realidade é que com grande frequência membros importantes da família real devem realizar viagens pelo interior da península, por pequenas vilas para apertar as mãos das lideranças tribais e se reunir para escutar suas demandas e reclamações (GAUSE III, 1993).

Por fim, é importante notar que o país, apesar do esforço realizado desde o início de sua formação em eliminar as divergências ideológicas internas, ainda é bastante heterogêneo. A família real mantém uma forte aliança com as lideranças do Najd e parte das lideranças do Hijaz, porém as tribos xiitas do leste e os asiris do sul do país têm uma influência muito pequena no regime. Essa relativa exclusão dos segundos grupos do processo de coalizão é possibilitado pela grande quantidade de divergências que existem entre eles mesmos, não havendo na classe média dessas populações uma unidade capaz de desafiar a coalizão dominante da família saudita (YAMANI, 2009).

3.5 A Arábia Saudita e as outras monarquias árabes

George Joffé diz que é inegável que o apoio britânico, mesmo que relutante, permitiu a formação do Estado Saudita como ente político, porém foi somente com o interesse econômico dos Estados Unidos, a partir da década de 30, que a Arábia Saudita apareceu como uma liderança regional significativa. Ele cita um memorando do Departamento de Estado dos EUA de 1945, no qual os EUA percebiam que a aliança entre os dois países garantiria uma “estupenda fonte de poder estratégico e um dos maiores prêmios materiais da história mundial”²⁵, que seria exclusivamente estadunidense (2009,p. 59). Para os Estados Unidos garantir o apoio ao conservador regime saudita poderia garantir a manutenção de uma grande força contrarrevolucionária numa região em constante ebulição em meados do século XX.

De fato, a Arábia Saudita foi uma das principais responsáveis para o desmantelamento do poderio estratégico adquirido pelo regime nasserista do Egito, como já mencionado anteriormente. Num Oriente Médio recém descolonizado e com uma heterogeneidade de forças desafiando a ordem política estabelecida durante esse processo, o regime saudita representava uma força ortodoxa tanto religiosa, como política que representava exatamente o contrário dos movimentos desestabilizadores que tanto ofereciam riscos aos interesses estadunidenses (JOFFÉ, 2009). Contudo, durante as décadas de 70 e 80, o regime saudita foi alcançando certo nível de autonomia relativo ao seu parceiro estratégico estadunidense, tanto que a crise do petróleo de 1973, apesar de resultar numa reafirmação da parceria estratégica, a teve como uma das principais lideranças frente aos países ocidentais, dentre eles os EUA.

A derrubada da monarquia iraquiana e a respectiva chegada ao poder do Partido Baathde Saddam Hussein foi seguida pela subida ao poder do Aiatolá Khomeini em 1979 no Irã. A necessidade garantir sua segurança e impedir o aumento de influência de ambos, Iraque e Irã, nos parceiros estratégicos sauditas e estadunidenses do golfo levou a fundação, em maio de 1981, do Conselho de Cooperação do Golfo²⁶ (GCC) (JOFFÉ, 2009; GCC, 2013). A Arábia Saudita visualizou na organização uma maneira de expandir sua própria zona de influência numa região ideologicamente dividida. Não é por acaso que os membros do GCC são seis das monarquias árabes, ou todas as monarquias árabes da região do Golfo Pérsico. São eles Arábia Saudita, Barein, EAU, Kuwait, Omã e Qatar. Na capital da Arábia Saudita fica sua sede e todas as reuniões do grupo são realizadas ali, o que demonstra o peso do país dentro da organização. Nesse sentido, Silvia Colombo afirma que

²⁵ Tradução nossa.

²⁶ Gulf Cooperation Council.

o GCC tem agido como uma organização constituída com o principal objetivo de ajudar os xeiques desses regimes a manter seu poder através de medidas econômicas e de segurança. Este objetivo tem sido alcançado principalmente através da exclusão de outras entidade, sejam elas possíveis potências regionais como o Iraque e, principalmente, o Irã, ou vizinhos pobres e instáveis como o Iêmen.²⁷ (2012,p. 5)

Durante os anos 1980, o Irã e o Iraque estavam em uma guerra sangrenta e a Arábia Saudita, juntamente com seus aliados do Golfo financiavam a guerra iraquiana contra os xiitas iranianos com o objetivo de mantê-los ocupados em uma guerra de destruição mútua. Contudo, o fim da guerra levou Saddam Hussein a buscar em seus antigos financiadores uma solução para o caos interno resultante da guerra. Após a invasão iraquiana do Kuwait na chamada Primeira Guerra do Golfo, houve uma defesa saudita ativa da monarquia do Kuwait. O regime saudita permitiu a entrada de tropas estadunidenses em seu território com o único objetivo de impedir que outra monarquia árabe fosse derrubada. Dessa forma, a defesa de um outro membro do GCC tinha como objetivo principal a devolução do trono à família real Al Sabah. Desde então, o GCC tem funcionado como um organismo de diálogo entre estas monarquias, buscando garantir a estabilidade de todos seus regimes e a manutenção do poder real.

O caso do Barein no ano de 2011, durante a “Primavera Árabe” representou um outro nível de comprometimento da monarquia Saudita e de suas aliadas em alcançar esses objetivos. De acordo com Yom e Gause, não há uma forte coalizão interna no Barein, dessa forma somente com o auxílio de um forte aliado externo seu regime pode se manter (YOM, GAUSE III, 2012). Em maio de 2011, soldados sauditas, auxiliados por tropas policiais dos EAU, invadiram a ilha para proteger a família real Al Khalifa. A família real sunita estava sendo ameaçada pela maioria xiita da população pró-democracia. A ofensiva saudita foi justificada como uma defesa de um Estado membro do GCC contra a influência estrangeira do Irã. A ilha do Barein tem sido reclamada como iraniana desde sua independência, tendo em vista a proximidade cultural entre as duas populações. Cerca de 1,5 mil soldados, na sua maioria sauditas, foram colocados na ilha e garantiram a sobrevivência do regime monárquico do Barein. Temia-se que houvesse um efeito “bola de neve” nas outras monarquias, ou seja, que os protestos iniciados no Barein se expandissem para as outras monarquias da região (NYTIMES, 2011; COLOMBO, 2012).

²⁷ Tradução de “Since its formation in May 1981, the GCC has acted as an organization constituted chiefly to help shaikhly regimes maintain their grip on power through security and economic means. This objective has been mainly achieved by excluding other entities, be they would-be regional powers such as Iraq and, even more so, Iran, or poor and unstable neighbours such as Yemen.” (COLOMBO, 2012, p. 5).

O aumento da influência regional saudita também se dá através de auxílio financeiro. Quando dado a governos, pode se encontrar rastros dessas doações. Contudo, muitas vezes o auxílio financeiro saudita se direciona a grupos não-governamentais, que dificilmente são rastreados. Gause afirma que possivelmente dinheiro saudita financiou parte da oposição síria ao regime de Assad, da oposição líbia durante a derrubada do governo de Muammar Ghadaffi e para grupos políticos que competiram nas eleições egípcias após a derrubada do governo de Mubarak em 2011. Também através da promoção ideológica da doutrina wahhabita ao redor do Oriente Médio, os sauditas buscam aumentar sua influência na região. Desde os anos 70, os sauditas estabeleceram diversas instituições governamentais e não-governamentais para propagar sua versão do Islã. Como resultado, houve um aumento da importância política de grupos ligados a sua doutrina no cenário político de diversos países, especialmente no Egito (GAUSE, 2011).

Em 2011, os protestos na Jordânia e no Marrocos contra suas monarquias também se depararam com um novo fator externo. Os ricos países do golfo, liderados pela Arábia Saudita, promoveram um “Plano Marshall” do Golfo no valor de 20 bilhões de dólares com o objetivo de apoiar as monarquias menos ricas do Oriente Médio, o que, de fato, ajudaria, não só as duas monarquias que não fazem parte do GCC, mas também as monarquias menos ricas em petróleo do Barein e de Omã (YOM; GAUSE III, 2012). Isso comprova a disposição da família real saudita em garantir através do poder financeiro, militar e ideológico, angariado nos últimos anos com o aval dos EUA, que nenhuma outra monarquia do Oriente Médio seja derrubada, buscando garantir que sua própria população não visualize uma mudança de regime em algum momento de dificuldade e garantindo uma maior zona sobre seu campo de influência.

4 DESAFIOS À ESTABILIDADE DO REGIME SAUDITA NO LONGO PRAZO

Não há nenhum problema que, no curto prazo, pareça comprometer a estabilidade política da Arábia Saudita, visto que todos os três fatores continuam a existir e dificilmente devem sofrer alguma mudança imediata. Como já demonstrado, apoio externo o país teve desde sua fundação, suas coalizões continuaram bastante firmes através da manutenção de seu esquema clientelista e suas reservas e rendas do petróleo ainda parecem garantidas. Juntamente esses três fatores ajudam a explicar por que a Arábia Saudita nunca teve que confrontar protestos generalizados em seu território, e por que, quando houve protestos, eles em última instância foram moderados ou acabaram por se dissipar (YOM; GAUSE III, 2012).

Contudo, é importante notar que, no longo prazo, pouco se pode afirmar sobre a estabilidade de seu regime. Não há, como já mencionado, nenhuma qualidade essencial ou tradicional das monarquias árabes que garantam sua sobrevivência no Oriente Médio, mas sim elas foram um resultado de escolhas políticas históricas e da disponibilidade de recursos materiais que puderam ser mobilizados para estes fins políticos. Não significa que cultura e tradição não sejam importantes, porém quer dizer que elas não necessariamente conseguem explicar por si só o fato de uma monarquia fundada somente no início do século XX ainda se manter no poder, sabendo-se que muitas outras monarquias da região foram derrubadas condições semelhantes.

Destacando estas três bases que proporcionaram a manutenção de um regime tão conservador, o capítulo anterior buscou explicar como a família saudita conseguiu manter o controle sobre seu Estado, ao mesmo tempo em que ampliou seu poder de influência em sua região até o início do século XXI. Porém, no longo prazo, existem grandes desafios que se impõem frente em todos os níveis e provavelmente só com a superação deles será possível garantir que o apoio externo, a renda do petróleo e as coalizões internas sejam mantidas.

4.1 A economia dependente e mão de obra estrangeira

Como anteriormente dito, o Reino da Arábia Saudita, que um dia já foi extremamente pobre e dependeu de doações externas dos britânicos, taxas sobre a peregrinação a Meca e Medina, e contratos com empresas estadunidenses, hoje é ironicamente um país extremamente rico graças a suas grandes reservas de petróleo (GAUSE, 1994). Principalmente a partir do aumento de seu valor na década de 70, o Estado saudita foi capaz de canalizar parte de sua renda no desenvolvimento de sua economia, o que se concretizou na realização de seus

diversos Planos Quinquenais que buscaram desenvolver, inicialmente, sua infraestrutura e educação, depois seu sistema produtivo agrícola e industrial, e a atividade do setor privado (JANES, 2009).

Contudo, o Estado Saudita ainda entrou nos anos 2000 com imensas barreiras a sua autonomia econômica, e esses desafios podem comprometer a força de suas coalizões internas. Em 1999, foi criado o Supremo Conselho Econômico, sob liderança do príncipe herdeiro, com a meta de trazer a economia saudita ao século XXI, buscando um processo de maior modernização e diversificação, porém a economia continua dependendo dos interesses da família real e os incentivos ao desenvolvimento de setores não ligados ao petróleo não foram capazes de diminuir a dependência do país (LIBRARY OF CONGRESS, 2006).

Gráfico 1 – Produção Total de Petróleo 1980- 2012 (milhares de barris/dia)



Fonte: U.S. Energy Information Administration (U.S.EIA, 2013)

Assim a dependência econômica no setor petrolífero continua a ser uma inegável realidade, como também foi demonstrado na seção 2.3. Contudo, de acordo com o World Energy Outlook, a produção saudita de petróleo está para atingir seu pico. Alguns especialistas até mesmo acreditam que ela já tenha chegado a esse patamar. Como mostra o “Gráfico 1” acima, entre 2004 e 2005, pela primeira vez a média anual de produção superou o patamar de produção do final da década de 1970. Ainda assim, nota-se que, sendo a produção média de 2012, 11,7 mil barris por dia, esse valor não demonstra um aumento significativo se comparado com 11,1 produzidos em 2005. Além disso, esse aumento em 2011 também foi contemporâneo à compensação da produção da Líbia durante a “Primavera Árabe”, o que foi

feito com a capacidade extra de produção saudita. Por enquanto, porém, os altos preços do petróleo tem sido capazes de manter uma alta renda, e o contínuo aumento internacional de demanda por energia deve manter estes altos preços (YAMANI, 2009). Ainda assim, uma diminuição relativa dos preços pode possivelmente ocorrer e seus efeitos sobre a economia saudita devem ser bem negativos, pois pode comprometer fortemente a base clientelista de seu Estado (HALLIDAY, 2000; GAUSE, 2011).

Nesse mesmo sentido, ainda que não haja uma diminuição nos preços do petróleo, um outro problema que o regime saudita tende a enfrentar são as tendências demográficas de sua população. De acordo com os dados do *World Population Prospects 2012* da ONU, a população da Arábia Saudita, que em 1980 era cerca de 9,8 milhões de habitantes, chegará a 32,3 milhões em 2020 (ONU, 2012). Isso indica que há cada vez mais cidadãos que precisam de empregos, educação e subsídios. Enquanto parte do orçamento saudita está comprometida com outras espécies de gastos, dificilmente as demandas de sua população doméstica devem diminuir com o tempo. Do mesmo modo, sendo que a maioria da renda do Estado saudita vem da renda da exportação de petróleo, um contínuo aumento de consumo interno de petróleo pela população, se não acompanhado por um aumento da produção, pode comprometer boa parte da renda saudita. Ainda mais, sendo o consumo de petróleo interno subsidiado pelo governo, o que encoraja o grande consumo de sua população. Estimativas apontam para um déficit fiscal já em 2014, e este mesmo pode se tornar bastante substancial até 2020. No curto prazo, os saudita possuem reservas monetárias o suficiente para cobrir tais despesas, mas não se pode afirmar que elas podem se manter no longo prazo (GAUSE, 2011).

Outro grande problema enfrentado relativo à economia pela monarquia saudita é o excesso de corrupção e desvio de dinheiro por parte da própria família real, o que também pode oferecer riscos à estabilidade de suas coalizões internas, principalmente com uma classe média em expansão. A já referida *khususia* é dada a todos os príncipes da família real e, sendo o número total de príncipes intitulados a esse direito totalmente indefinido, a quantidade de dinheiro revertida do Estado para membros da família real é dificilmente mensurável (HALLIDAY, 2000).

Em relação à parcela menos abastada da população saudita, o maior problema que se coloca na frente do regime monárquico é o contínuo aumento do desemprego da população mais jovem. Em artigo publicado no jornal saudita “Arab News” em 22 de agosto de 2013, afirma-se que cerca de 50% da população saudita está abaixo dos 25 anos de idade e que, na faixa etária entre 15 e 25 anos, cerca de 30% das pessoas estão desempregadas. Isso é muito representativo quando levado em conta que a taxa de desemprego total é de cerca de 12%.

Contudo, esse número não inclui pessoas que não trabalham e nem estão procurando por trabalho, o que o elevaria bastante. Contribuindo ainda mais para esse valor expressivo, entre 2008 e 2012, cerca de dois milhões de postos de emprego foram criados no país, mas três quartos destes foram ocupados por cidadãos estrangeiros (ARAB NEWS, 2013; REUTERS, 2013).

Da população residente na Arábia Saudita hoje, que deve estar próxima a 27 milhões de habitantes, cerca de 5,6 milhões são estrangeiros que vivem na Arábia saudita (CIA, 2013). Boa parte dos empregos especializados na Arábia Saudita é ocupada por mão de obra estrangeira bem preparada e barata. Em outubro de 2013, o governo saudita anunciou uma perseguição aos estrangeiros que residiam ilegalmente na Arábia Saudita como uma maneira de liberar postos de trabalho que de outra maneira poderiam ser ocupados por cidadãos sauditas desempregados. Cidadãos sauditas continuam sendo empregados públicos em sua maioria, enquanto as empresas privadas e os trabalhos domésticos são normalmente ocupados por imigrantes (REUTERS, 2013).

A grande maioria dos estrangeiros que trabalham no país vem de outros países do Oriente Médio ou do sul da Ásia. Os mais comuns são os iemenitas, egípcios, libaneses, etíopes, indianos, paquistaneses, bengalis, indonésios e filipinos. Ao contrário da maioria dos sauditas, a maior parte deles possui habilidades com a língua inglesa e graus de escolaridade de sistemas educacionais reconhecidos em suas terras natais. Enquanto os jovens sauditas estão, muitas vezes, dispostos a ficarem anos sem trabalhar à espera de um bom posto de trabalho em instituições públicas e com um alto salário, esses trabalhadores estrangeiros são contratados pelo ramo privado por salários menores e são facilmente controlados por seus patrões (GAUSE, 2011, REUTERS, 2013).

4.2 - O conservadorismo religioso, as mulheres e as novas gerações sauditas

Através dos mecanismos de distribuição de renda já destacados, a Arábia Saudita foi capaz de incorporar a religião e as tribos num esquema clientelista que garante a continuidade de uma forte coalizão interna, porém este esquema também enfrenta alguns problemas de longo prazo. O maior dos problemas é relativo à manutenção de uma rigorosidade extrema da doutrina wahhabita que se espalha por todos os nichos da sociedade saudita. Isto fica muito claro ao analisar os padrões de vestimentas femininas e a proibição ao direito de dirigir automóveis por mulheres, a ausência das mesmas nos espaços públicos, a educação básica e

superior excessivamente religiosa e pouco profissionalizante, a restrição ao uso de bebidas alcoólicas e outras drogas e a repressão aos direitos das minorias religiosas (xiitas).

A especial localização saudita como controladora das cidades sagradas, o papel de controle social que possui o islã e as vastas reservas de petróleo permitiram que ocorresse uma ampla burocratização das instituições religiosas no Estado, o que garante que seus membros tenham grande controle e influência na delimitação das regras sociais. Existe um complexo sistema de tribunais religiosos no país para lidar com temas como casamento, divórcio e herança. Universidade islâmicas foram criadas em Riad, Meca e Medina para formar acadêmicos religiosos. A mídia estatal pode facilmente ser acessada pelos mais influentes ulemás para realizarem instruções religiosas e proselitismo, e eles também interferem em programas não religiosos e publicações. Alguns deles têm, até mesmo, acesso direto ao rei para discutir assuntos que lhe concernem (GAUSE, 1994).

Nesse sentido, processo de modernização estatal tem sido impedido por problemas dentro da própria coalizão interna graças às lideranças religiosas do país. O antagonismo entre os ulemás, por um lado, e a família real e a tecnocracia estatal (formada no Ocidente), por outro, no sentido de barrar o processo de inovação de diversos tipos, como difusão de rádio, televisão, educação superior feminina, etc. A posição dos ulemás é a de manutenção do *status quo* no país, já a família real se vê cada vez mais pressionada no sentido contrário pelas grandes mudanças no âmbito global das relações internacionais, principalmente desde a I Guerra do Golfo. O maior receio do grupo religioso é que se desenvolva, na Arábia Saudita, uma classe de líderes sem origem religiosa que diminua sua importância, e, por isso, eles buscam evitar perder terreno frente aos novos mecanismos jurídicos, administrativos e econômicos do Estado. Havendo uma constante necessidade de criar novos mecanismos que permitam o exercício do poder sem perder a base religiosa e sociocultural do Estado, esse embate continua a gerar grandes impedimentos à modernização (PEREIRA, 2003).

Por esses mesmos motivos, o Estado Saudita está longe de buscar uma ideia de igualdade entre os sexos. Nas palavras de Eleanor A. Daumato,

Ao contrário, a desigualdade entre gêneros está enraizada nas estruturas governamentais e sociais da Arábia Saudita [...]. Ao publicar opiniões religiosas os ulemás financiados pelo Estado geralmente evitam considerações de precedentes judiciais e de contextos sociais em evolução, para que sua postura oficial resista à pressão por mudança [...] ²⁸(2010, p. 1)

²⁸ Tradução nossa de “To the contrary, gender inequality is built into Saudi Arabia’s governmental and social structures [...] In issuing religious opinions, state-funded ulema (religious scholars) generally avoid consideration of judicial precedent and evolving social contexts, so that their official posture resists pressure for change [...]” (DOUMATO, 2010, p. 1).

Ainda grande parte da sociedade saudita apoia as políticas discriminatórias do Estado, e diriam que esta é uma realidade de equilíbrio entre os deveres e direitos dos homens e mulheres como descrito pelo Alcorão para garantir a honra e os valores da família (DOUMATO, 2010). Na realidade, quando se analisam os fatos, se percebe que pouco existe de igualdade entre os sexos: mulheres precisam da autorização de algum familiar homem para viajar e estudar, homens podem ter até quatro esposas por lei, as mulheres aparecem em publico somente em lugares como *shopping centers* e no trabalho, etc. Mesmo a maioria das mulheres ainda aceita o papel central do homem na família saudita. Porém uma crescente parte progressiva da sociedade está pressionando por mudanças, visando aumentar o poder de barganha das mulheres e criar uma paridade de direitos com os homens em relação a voto, dirigir veículos, trabalho, saúde pública e educação. Estes pensamentos progressistas são impedidos pelas forças do reino através da proibição a protestos públicos e pela negação a qualquer reforma por parte dos mais conservadores ulemás (HALLIDAY, 2000; DOUMATO, 2010; VAN GEEL, 2012). Contudo, protestos esporádicos têm ocorrido por parte de grupos feministas que defendem, principalmente o direito de mulheres a dirigir, o que tem recebido uma constante atenção da mídia internacional. O último ocorrido foi em outubro de 2013, quando dezenas de ativistas mulheres se organizaram pela internet, saíram de casa no volante e circularam pelas ruas do país em protesto, publicando seus feitos na internet ao fim (THE GUARDIAN, 2013).

A doutrina religiosa também está presente no sistema educacional saudita. Em todos os níveis de educação, existe a necessidade de se criar um senso de lealdade e obediência em relação ao regime. Além disso, é muito comum que se defenda o dever de disseminar a mensagem religiosa e defendê-la dos “inimigos” do islã. Para esse fim são feitos ensinamentos em relação ao Alcorão, ao Tawhid (declaração do Deus único), Tajwid (recitação religiosa), Tafsir (comentários e interpretações do Alcorão), Hadith (registros das palavras e feitos do profeta Maomé e de seus companheiros) e Fiqh (jurisprudência islâmica). Até mesmo em cursos universitários, grande parte desses assuntos recebe atenção. No ensino básico e médio, a carga horária dedicada ao ensino religioso varia entre 24% e 35%. Já no ensino superior, essa carga varia entre as áreas de estudo e entre as universidades, mas a rigor a grande maioria dos cursos recebe ensinamento religioso (PROKOP, 2003). Essa educação religiosa é um dos principais motivos para o grande desemprego da juventude saudita. Até pouco tempo, os ulemás nem mesmo permitiam que língua estrangeira fosse ensinada nas escolas com o intuito de diminuir a influência de ideias progressistas na cabeça dos jovens.

. Até 1993, os livros educativos citavam os muçulmanos xiitas de maneira pejorativa. Xiitas frequentemente eram referidos como politeístas ou não crentes, contra os quais há o dever de se realizar a *Jihad*. Isto certamente tem uma importância muito grande, não só numa disputa entre diferentes grupos religiosos, mas também numa lógica de disputa regional por liderança política. O Irã é retratado da mesma maneira nesses livros educativos. Enquanto isso, nenhuma outra minoria religiosa tem o direito de pregar seus ensinamentos em escolas sauditas (PROKOP, 2003). Isso certamente contribui para o *status* de cidadãos de segunda-classe que a minoria xiita tem no país. Segundo El-Katiri, “as autoridades sauditas negam a seus cidadãos xiitas a liberdade de praticar muitas de suas cerimônias religiosas” e eles permitem que “clérigos sunitas incitem abertamente discriminação e intolerância contra xiitas” (pág 15, 2013). Possivelmente isso explique a diferença na reação das minorias xiitas aos movimentos da “Primavera Árabe”. Enquanto a maioria sunita da população foi facilmente comprada com um plano de aproximadamente 130 bilhões de dólares em investimento, a população xiita saudita continuou por um ano e meio nas ruas protestando contra o governo central do país (EL-KATIRI, 2013).

Por fim, em 2013, foi publicado por Caryle Murphy, que indica que as novas gerações sauditas têm outras prioridades que não a rigurosidade da doutrina religiosa. Principalmente a geração que hoje possui cerca de 20 anos e que representa uma grande parcela da sociedade saudita, indica ela, deseja uma mudança na maneira como o reino é gerido. Com algumas exceções, boa parte da juventude saudita desconfia dos líderes religiosos empregados pelo Estado saudita, deseja maior tolerância religiosa e menos separação entre gêneros, quer menos controle sobre a vida diária e mais oportunidades recreativas, espera uma maior participação política por parte da população e desejam mais liberdade pessoal e, por fim, quer que os líderes políticos e religiosos idosos do país dêem espaço para uma nova geração mais progressista. Essa juventude estuda fora do país, tem acesso a internet, vive em um mundo mais cosmopolita, porém ainda não demonstra publicamente seus interesses. Sua conclusão é que há duas Arábias Sauditas – uma conservadora, religiosa e voltada para dentro do país; e outra progressiva e tranquila com as interações com o resto do mundo (MURPHY, 2013)

4.3 - O problema da sucessão monárquica

A sucessão ao trono da Arábia Saudita tem sido um dos mais discutidos assuntos relativos à estabilidade do reino. Desde a morte de Abdul Aziz, fundador do III Estado Saudita, em 1953, não houve mais nenhuma transferência do trono de uma geração de

príncipes para outra consecutiva. Todos os reis e príncipes-herdeiros foram seus filhos e o debate, desde então, tem sido o principal tema de conflito dentro da família real. Autores como Halliday (2000), Gause (2011), El Katiri (2013), dentre outros, todos apontam este como um dos maiores desafios, se não o maior, que a monarquia saudita enfrentará no futuro.

Nabil Mouline busca na experiência do II Estado Saudita um exemplo para o problema da transição pelo qual passa o país na atualidade. Durante aquele período, o sistema de sucessão era o “modelo adélfico”²⁹, que representa um modelo horizontal de transição. Nesse modelo, somente os mais poderosos membros da família real sucedem ao trono, portanto todos os membros poderosos da linhagem são elegíveis. Para ele, portanto,

Este modelo de sucessão tende a fazer, dos períodos de transição geracional, momentos de crise, nos quais linhagens específicas tentam monopolizar o poder, o que frequentemente leva a confrontações. Conflitos também aparecem na própria linhagem vencedora. Repetidos períodos de crise geram fraquezas dentro do grupo dominante, o que às vezes enfraquece as estruturas políticas como um todo, facilitando a intervenção externa e enfraquecendo o edifício do Estado. Em outras palavras. O Estado patrimonialista é um Estado cuja coerência e existência são colocados em questão a cada geração. (MOULINE, 2009, p. 54)³⁰.

Durante o II Estado Saudita, ocorreram assassinatos (Príncipe Turki e Príncipe Mishari), lutas entre irmãos (guerras entre o Príncipe Faisal e seus parentes, e também entre seus dois filhos, Abdullah e Saud) e também intervenções externas (egípcios, otomanos). Tal foi a crise que, de fato, a principal causa para o fim do II Estado foi a disputa pelo trono (MOULINE 2009; AL SAFI, 1993).

A formação do III Estado não ocorreu com um novo modelo de sucessão. Enquanto Abdul Aziz defendia seus filhos de disputas com seus próprios irmãos e primos, ele não fez nada para garantir que não houvesse uma crise entre seus próprios descendentes. Abdul Aziz criou um modelo que mouline chama de “multidominação” que significa que ele deu a todos seus filhos uma posição de poder dentro do aparato do Estado. Contudo, já com sua morte o problema da sucessão apareceu, pois o rei deixou 34 filhos, todos possíveis herdeiros ao trono (MOULINE, 2009).

Quando o príncipe Saud sucedeu seu pai em 1953, ele teve que dividir boa parte de seu poder com seu irmão, ainda assim ele iniciou um processo de afastamento dos outros ramos da família do poder. Seu irmão Faisal, contudo conseguiu afastá-lo com o apoio da maior

²⁹ Tradução nossa de “adelphic mode”.

³⁰ Tradução nossa de “This mode of succession is prone to making periods of generational transition a time of crisis, where specific lineages try to monopolize power, which often leads to confrontations. Conflict also takes place within the triumphant lineage itself. Repeated periods of crisis engender weakness inside the dominant group, which in turn weakens the political structure as a whole, facilitating foreign meddling and undermining the edifice of the state. In other words, the patrimonial state is a state whose coherence and very existence are brought into question with each generation.” (MOULINE, 2009, p. 54).

parte dos grupos de ulemás em 1964. Seu governo, então, cristalizou o sistema de “multidominação”, cujos diferentes espaços eram controlados por diferentes membros da família real. Esse sistema facilitou o aparecimento de diferentes facções dentro da família real, cada uma representando um diferente locus de poder, dentre elas os “Sete Sudayri”³¹, seus principais apoiadores e principal grupo político. Além disso, esse sistema fez com que o principal centro de decisões políticas se tornasse o conselho da família real (MOULINE, 2009).

Assim, seu principal aliado na política da família acabou por se tornar também o próximo rei. Fahd, outro filho de Abdul Aziz, foi coroado príncipe-herdeiro ainda em 1975, e ascendeu ao trono em 1982, onde ficou até 2005. Em 1992, ocorreu a primeira tentativa de regulamentação do processo sucessório. Contudo, ao invés de resolver o problema, o que ocorreu foi mais confusão, pois uma das cláusulas garantia que, não somente os filhos de Abdul Aziz poderiam se tornar reis, mas também seus netos (MOULINE, 2009). Sabendo-se que Abdul Aziz havia tido 34, e estes também tiveram muitos filhos, isto não tornou o processo de escolha de um novo rei muito mais fácil. Principalmente quando cada linhagem da família ocupa uma posição de importância dentro do aparato do Estado, governos locais ou forças armadas.

O reinado do Rei Abdullah, iniciado em 2005, pôs um fim ao domínio dos Sudayri, abrindo espaço para outras linhagens da família real. Isso forçou-o a garantir que seu próximo sucessor fosse algum deles para evitar um conflito maior e, como possíveis sucessores, foram apontados Sultan, Nayef e Salman, limitando o poder do rei de apontar um sucessor de seu desejo (MOULINE, 2012). Contudo, em 2006, o rei criou a “Comissão da Fidelidade”³² que visa institucionalizar o processo de decisão principalmente do príncipe herdeiro e é formada por membros de todas as linhagens da família real saudita. Dessa maneira, o rei tentou evitar que alguma linhagem monopolizasse a transição do poder e garantir uma transição pacífica para a terceira geração de príncipes.

Mais uma vez, em outubro 2011, o problema da sucessão se tornou crítico, pois o Príncipe-Herdeiro e Ministro da Defesa Sultan faleceu. Rei Abdullah, aos 88 anos de idade estava se recuperando de uma cirurgia nas costas, enquanto a “Primavera Árabe” estourava pelo Oriente Médio. Príncipe Nayef, Ministro do Interior aos 78 anos, foi apontado Príncipe-

³¹ Os “Sete Sudayri” são um grupo de sete irmãos filhos do Rei fundador Abdul Aziz com Hassa Bin Ahmad al Sudayri, pertencente a uma outra poderosa tribo originária do Najd, os al Sudayri. Eles formaram desde a morte de seu pai, e durante o reinado do mais velho deles, Fahd (1982-2005), a linhagem mais poderosa dentro da Família Real Saudita. Seus membros são: Fahd (1921 – 2005), Sultan (1929 – 2011), Abdul Rahman (1931-), Nayef (1934 – 2012), Turki (1934 -), Salman (1935 -) e Ahmed (1942 -).

³² *Allegiance Comitee* em inglês ou *hay'at al bay'a* em árabe.

Herdeiro (GAUSE, 2011). Porém, em menos de um ano, este também veio a falecer, fazendo com que se o Príncipe Salman, com 77 anos, viesse a ocupar o posto de herdeiro ao trono. Essa rápida sequência de mortes de membros, todos idosos, da segunda geração saudita colocou mais uma vez em dúvida a possibilidade de uma sucessão pacífica do trono para a terceira geração de Príncipes, que terá que ocorrer em alguns anos. Existem dúzias de possíveis candidatos ao trono e a possibilidade de disputas entre diferentes facções. Dificilmente algum ocupará o trono em uma situação de unanimidade dentre os membros da família real e, lembrando do exemplo do II Estado Saudita, muitos cenários são possíveis.

4.4 - As mudanças geopolíticas na região

As fontes de insegurança relativas às relações externas do reino saudita são principalmente duas: o recente esfriamento das relações dos sauditas com os EUA e a disputa regional com os iranianos. Como já notado, os EUA foram, desde o fim da II Guerra Mundial, a principal fonte de apoio externo que garantiu a estabilidade do regime saudita até a atualidade. Porém recentemente, alguns fatos trouxeram alguns atritos entre os dois países que colocam em dúvida a longevidade da relação especial entre os dois países.

Enquanto nos anos 90, os dois países viveram o mais intenso período de cooperação geopolítica, os atentados de 11 de setembro de 2001 causaram uma reviravolta. Para Gause, a principal razão dessas instabilidades, é o apoio de ambos os países a movimentos islamistas, principalmente durante a jihad salafita, no Afeganistão, contra a URSS nos anos 80 a fim de fortalecer a posição de ambos os países frente a essa e ao Irã revolucionário. Ambos os países viram o que era uma ferramenta útil de sua política externa durante a Guerra Fria virar uma ameaça. Acabado o conflito com os soviéticos, os mesmos grupos radicais que realizaram sua política, a partir dali, se virariam contra a aliança dos sauditas com os “infiéis” estadunidenses (GAUSE, 2009).

Principalmente após a I Guerra do Golfo (1990 - 1991) e a ocupação do golfo pelos EUA, a figura de Osama Bin Laden, nascido na Arábia Saudita, apareceu como opositor à aliança estratégica entre os dois países. Enquanto os sauditas foram capazes de reprimir as opositores internos salafitas, externamente o movimento conseguia facilmente fontes de financiamento no reino, pois até o final da década ele não parecia oferecer uma causa significativa de preocupações. A partir dos atentados às embaixadas americanas no Quênia e na Tanzânia em 1998 pela Al-Qaeda iniciaram-se algumas tensões. Então ocorreram os

atentados de 11 de setembro, dos quais 15 dos 19 terroristas eram sauditas e isso causou uma instabilidade que não via precedentes desde a Crise do Petróleo de 1973 (GAUSE, 2009).

Enquanto a Arábia Saudita negava qualquer relação entre ela, Osama Bin Laden e a ideologia da Al-Qaeda, os EUA esperavam que os sauditas realizassem uma reflexão sobre seu papel ideológico, organizacional e financeiro na formação do “jihadismo”. A opinião pública estadunidense e a mídia espalhavam críticas ao regime saudita, enquanto do lado da opinião pública saudita não havia grandes paixões pelos interesses dos EUA. Contudo, com o início de uma forte campanha interna na Arábia Saudita por parte da Al-Qaeda fez com que a Monarquia Saudita decidisse tomar uma atitude ativa contra as ideologias defendidas pelos salafitas. Essa ofensiva acabou por ser muito eficiente em combater a Al-Qaeda e relançar a aliança entre os dois países (GAUSE, 2009; DELANEY, 2009).

Outra razão para a contínua cooperação foi a II Guerra do Golfo em 2003 e o caos criado no Iraque. A queda de Saddam permitiu que políticos xiitas se tornassem influentes e, portanto criou uma nova dinâmica na região. Isso abriu espaço para um aumento do poder político do regime iraniano. Essa mudança geopolítica poderia contribuir para o aumento da presença xiita na região do Golfo. Nesse sentido, ambos os países tinham como objetivo impedir esse aumento da influência iraniana na região e, de fato, isso contribuiu para a normalização das relações entre os dois (PROKOP, 2003; GAUSE, 2009). Também a uma crescente participação de países como China e Índia na região, visto sua crescente demanda por fontes de energia, e isso assusta os EUA que o Golfo Pérsico como seu domínio estratégico. Além do mais, a Arábia Saudita continuou com seu papel de fiador da manutenção da estabilidade dos preços do petróleo. Tanto durante a guerra no Iraque, quanto durante a invasão da Líbia, como já descrito (FMI, 2013).

Em relação ao Irã, inicialmente é necessário notar sua configuração como uma nação majoritariamente xiita e com um regime de cunho xiita no poder desde 1979. Enquanto para os iranianos o ramo xiita representa uma forma de manutenção de uma identidade antagônica à árabe, afinal eles são persas, para os sauditas sunitas, xiitas são considerados infiéis hereges. Essa disputa tem séculos, porém ela toma uma dimensão ainda maior quando pensados num contexto de disputa geopolítica. Ambos os países buscam aumentar sua influência na região e, portanto, têm uma estratégia antagônica. Khomeini já nos anos 80, chamava os sauditas de “marionetes do Ocidente”, enquanto os sauditas os chamavam de “ladrões corruptos” e “agentes do demônio” apoiavam os iraquianos numa guerra contra os iranianos (AARTS, VAN DUJINE, 2009). As relações, por certo tempo, tornaram-se pragmáticas entre os dois, principalmente após a expansão de Saddam sobre o Kuwait. Contudo, elas nunca passaram de

pragmáticas. A queda de Saddam alterou diametralmente a balança de poder na região. Enquanto o Irã buscou relativizar sua imagem sectária, principalmente durante o governo Mahmoud Ahmadinejad, apagando as menções quanto à divisão xiita-sunita, a fim de aumentar sua atratividade aos outros países da região, sua política externa se focava em dois pontos: a causa palestina e a confrontação a influência hegemônica dos EUA. Nesse último, o conflito estratégico com os sauditas era certo (AARTS; VAN DUJINE, 2009).

O objetivo de conter a influência iraniana, portanto se tornou o principal objetivo político tanto da Arábia Saudita, quanto dos EUA. O “temido” projeto nuclear iraniano é a maior fonte de medo do regime saudita, já que ambos os países compartilham uma grande fronteira marítima. Como a Arábia Saudita não possui armas nucleares, um Irã nuclearizado representaria uma disparidade gigantesca na balança de poder regional. O desfecho lógico seria que a Arábia Saudita buscasse desenvolver também uma capacidade nuclear, o que os estadunidenses estão longe de desejar (RATO; SOLLER, 2008).

Até o início de 2013, o programa nuclear iraniano recebeu muita atenção internacional. Ameaças constantes de um ataque israelense aos iranianos eram acompanhados por contínuos avisos dos EUA para que o Irã interrompesse totalmente seus programas de enriquecimento de urânio e plutônio a fim de desenvolver o que os iranianos dizem ser um programa com fins pacíficos. Na mesma direção, a Arábia Saudita fazia pressão sobre seus aliados estadunidenses, buscando garantir um ataque que neutralizasse seus inimigos iranianos. Enquanto o governo Barack Obama nos EUA busca evitar uma política externa tão invasiva quanto a de seu antecessor George W. Bush, essa garantia nunca veio.

Ao contrário, o que tem ocorrido é uma reviravolta gigantesca na política regional do Oriente Médio. Esforços conjuntos internacionais têm buscado garantir que o programa nuclear iraniano seja pacífico, e a aparente disponibilidade do novo governo iraniano do moderado Hassan Rouhani em negociar os termos de seu programa nuclear levaram a uma histórica aproximação entre os governos dos EUA e do Irã que desde 1979 haviam interrompido suas relações. Para os sauditas isso pode significar uma grande perda em ambos os lados, o que pode comprometer o apoio externo estadunidense no longo prazo. Enquanto os EUA podem dessa forma diminuir sua dependência da posição estratégica e do petróleo saudita, os iranianos podem restabelecer suas relações com um inimigo histórico. A grande maioria dos especialistas, no entanto, crê que dificilmente a aliança entre os EUA e a Arábia Saudita se interromperá num futuro próximo.

5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou mostrar como a monarquia saudita conseguiu garantir, desde a fundação do Estado em 1932 até hoje, a manutenção de seu regime e o aumento de sua influência regional. Através da análise dos três fatores em contexto histórico, buscou-se mostrar como a monarquia saudita, que teve sua chegada definitiva ao poder por suas conquistas bélicas, pelo apoio externo e pela utilização de mecanismos de natureza clientelista, conseguiu garantir que seu destino não fosse o mesmo de diversas outras monarquias criadas de maneira semelhante e que acabaram sendo derrubadas por conflitos ou revoluções.

Para isso, foi necessário retomar o debate sobre monarquia e estabilidade, buscando provar a insuficiência argumentativa de conceitos clássicos originários do paradigma entre modernidade e estabilidade – o “Dilema do Rei” – e da relação entre “Estado Rentista”, estabilidade e instabilidade – rendas de recursos naturais causariam maior estabilidade, rendas de recursos naturais causariam maior instabilidade e Teoria da Repressão. Além desses, também foram abordadas brevemente as teorias de Razi sobre “legitimidade”, de Herb sobre “monarquias dinásticas”. Fica claro, que todas as teorias têm algumas inconsistências argumentativas ou falhas que impedem que se analise o caso da Arábia Saudita da maneira necessária. Cada teoria demonstra uma maior aplicabilidade em um caso de regime monárquico ou outro por seu caráter generalizante, como foi buscado demonstrar.

Portanto, a escolha pelas teorias de Halliday (2000) e de Yom e Gause III (2012), foi uma maneira de procurar um paradigma explicativo mais amplo e menos fatalista. A multiplicidade de fatores que formam a complexa realidade de uma análise de caso específico não pode se ater a teorias que buscam generalizar casos por suas semelhanças ou diferenças. É importante que uma teoria seja capaz de se aplicar ao maior número possível de casos. Nesse sentido, aparentemente a teoria escolhida não limitou totalmente o poder da argumentação explicativa, mas sim ela ofereceu um instrumento metodológico e analítico para o estudo da Monarquia Saudita. Além disso, tal escolha não impediu que outros termos conceituais, como “Estado Rentista”, “legitimidade”, “modernização”, e outros, fossem utilizados para complementar a compreensão do caso saudita.

A partir das três categorias definidas – apoio externo, renda de hidrocarbonetos e coalizões internas – buscou-se demonstrar como a Arábia Saudita fortaleceu-se e evitou que seu regime sofresse fortes oposições. Foi explicado como, desde o processo de conquista da Península Arábica, o país possuiu constante apoio de uma ou mais potências externas,

primeiramente através da proteção e do auxílio financeiro britânicos e depois através de uma forte aliança estratégica com os EUA. Desde o início de sua formação como Estado, o apoio externo garantiu a integridade do território saudita, o financiamento de obras públicas e o apoio de caráter militar. Inicialmente os britânicos apoiaram que se concretizasse a conquista do território, assim como possibilitaram dar início a construção do modelo clientelista saudita. Após a descoberta do petróleo e principalmente a II Guerra Mundial, quem substituiu os britânicos foram os estadunidenses, que assinaram uma aliança que duraria mais de 60 anos. Em troca da garantia da oferta de petróleo e do apoio à estratégia estadunidense no Oriente Médio, os EUA garantiram um apoio quase inquestionável Família Real Saudita, principalmente durante a Guerra Fria e a Revolução Iraniana.

Do mesmo modo, foram interesses estadunidenses que primeiro investiram no petróleo saudita e que proporcionaram o desenvolvimento, no Reino, da exploração das maiores reservas petrolíferas do mundo. Desde a o fim da década de 30, o petróleo tem sido fundamental no processo de modernização estrutural e econômica saudita. Sua renda proporcionou um suporte para o modelo clientelista necessária para comprar o apoio ao modelo político saudita, evitando que se formasse no país um oposição forte o suficiente para derrubar a monarquia saudita. Sabendo da origem recente do regime e do caráter tradicionalmente tribal de sua população, certamente haveria aqueles que gostariam de ter tido a oportunidade. Então veio a Crise do Petróleo que, mesmo tendo esfriado brevemente as relações com seus parceiros estadunidenses, aumentou ainda mais a fluxo de dinheiro do petróleo. Até hoje, como demonstrado, a quase totalidade da renda do Estado Saudita tem sua origem neste recurso, o que possibilita que haja uma distribuição dessa renda através de empregos, empréstimos e serviços públicos, enquanto não é necessário arrecadar impostos.

As coalizões internas começaram a ser formadas ainda antes da formação oficial do reino. Desde o acordo entre Ibn Saud e al-Wahhab em meados do século XVIII, a aliança entre a Família Real Saudita e os clérigos wahhabitas tem sido um forte instrumento de consolidação do Estado. Os ulemás tiveram o papel fundamental de doutrinar a população de uma maneira muito conservadora, ao mesmo tempo em que legitimavam o domínio monárquico através da religião. Até hoje, esses grupos religiosos ocupam muitos postos importantes dentro da estrutura estatal, como: pregador, religioso, polícia religiosa, acadêmico universitário, membro do sistema judicial baseado no Alcorão, fiscal dos meios de comunicação, etc. A distribuição de altos cargos para diferentes ramos da família real saudita e a *khususia* funcionam como instrumentos para evitar conflitos dentro do próprio grupo dominante. Outro grupos foram incluídos no sistema de coalizões através dos instrumentos

clientelistas proporcionados pelo petróleo, como empresários, outras importantes tribos e, até mesmo, os membros da classe média que se beneficiam de uma infinidade de benefícios sociais e econômicos. Mesmo durante os protestos da “Primavera Árabe”, os instrumentos clientelistas vieram a calhar para impedir um aumento dos descontentamentos sociais. O anúncio de um gigantesco programa de investimento público no valor de 130 bilhões de dólares pelo Governo Saudita pode ter sido um dos motivos para que as instabilidades da região não se expandissem amplamente para dentro do território saudita.

O Terceiro capítulo então apresentou os desafios que podem gerar instabilidades no longo prazo para o regime saudita. O primeiro é o problema da economia dependente do petróleo. Apesar de o país apresentar um alto nível de renda per capita, boa parte desta renda advém do petróleo e a superação deste cenário é o que tem ganhado grande esforço do Estado Saudita desde o lançamento dos Planos Quinquenais de Desenvolvimento em 1970. Apesar de haver avanços em muitos sentidos, como infraestrutura, produção agrícola, dessalinização da água, universalização do sistema educativo, etc., ainda não se formou uma clara independência econômica no país. O aumento demográfico, o excesso de trabalhadores estrangeiros, a educação pouco profissionalizante e o desemprego dos jovens são problemas que no longo prazo podem levar comprometer o modelo saudita. Uma alta queda dos preços do petróleo podem oferecer altos riscos para a estabilidade adquirida pelo regime.

A rigorosidade da doutrina religiosa tem impedido que o processo de modernização econômica se desenvolva ainda mais, como deseja boa parte da população saudita. Aparentemente existe uma mudança ocorrendo no país na direção de uma maior tolerância, como Caryle Murphy indica. Contudo, fortes grupos conservadores ainda buscam impedir que se abram espaços para ideias mais progressistas no país. Nesse sentido, a desigualdade entre os sexos continua um grande problema, pois existem crescentes demandas pela participação das mulheres no sistema educativo, no mercado de trabalho e na participação civil como um todo. Além do mais, o sistema educativo continua extremamente baseado na religião. O que deve funcionar como um doutrinação religioso, também impede que o país avance no processo de modernização que tanto deseja.

A coesão da própria Família Real também pode estar em risco num longo prazo, pois visto o grande número de príncipes e o modelo horizontal de sucessão monárquica, o processo de transferência do poder da segunda geração da família, todos idosos, para a terceira geração pode gerar um grande risco à instabilidade e disputas entre diferentes facções da família. Alguns mecanismos, como a Comissão da Fidelidade, foram criados para garantir que a sucessão ocorra de maneira pacífica, porém, com um grupo tão grande de potenciais

candidatos, o processo pode ser bem conflituoso, talvez até destrutivo, como apontado por alguns especialistas.

Por fim, e talvez o maior dos desafios, são as recentes mudanças estratégicas no Oriente Médio. Enquanto até o fim da Guerra Fria a aliança saudita-estadunidense era extremamente forte, após esse período ocorreu certa distensão visto um cenário aparentemente menos competitivo na região. Contudo, o petróleo e o Irã, e mesmo uma maior presença de países em desenvolvimento na região, como China e Índia garantiram a continuidade dessa aliança duradoura. Porém, a recente aproximação entre EUA e Irã deixou um pouco assustada a monarquia saudita, pois fica um pouco em dúvida o comprometimento de longo prazo dos EUA com o projeto estratégico saudita e seu excessivo conservadorismo.

Quanto a dúvida de Mohammed El-Katiri de que a estabilidade das monarquias árabes pode estar comprometida no longo prazo, não se pode ter certeza. É importante lembrar que, como Halliday afirma, não existe nenhum determinismo quanto ao futuro das monarquias. Enquanto houver interesse político e econômico, independentemente da tradição e da religião, todos os regimes tendem a se manter. O futuro da Arábia Saudita depende da capacidade do próprio Estado de continuar com o processo de modernização sem perder o apoio de sua coalizão, garantindo apoio externo e uma capacidade financeira de manter seus mecanismos de distribuição de renda. Enquanto houver, o país deve continuar a ser uma das maiores forças na sua região e buscará também manter e aumentar sua zona de influência, inclusive garantindo a manutenção das outras monarquias árabes.

Por fim, é necessário deixar em aberto alguns tópicos a serem estudados em futuros estudos desenvolvidos em relação à Arábia Saudita. Inicialmente seria importante notar que de maneira nenhuma o conceito de legitimidade é irrelevante na análise dos regimes monárquicos árabes, porém é necessário desenvolver um amplo estudo sobre cultura política regional e construção de consciência nacional que vão muito além do escopo desse trabalho. Também poderia ser desenvolvida uma pesquisa ampla sobre a profundidade das relações estratégicas, políticas, econômicas e também financeiras entre EUA e Arábia Saudita para compreender qual o nível real de ligação entre os dois países e se existe uma possibilidade de haver um rompimento no futuro. Ao mesmo tempo em que a Arábia Saudita depende do apoio dos EUA, os estadunidenses estão presos a grandes investimentos dos petrodólares sauditas em seu território e um forte lobby saudita sobre suas instituições domésticas. Por fim, um outro estudo a ser realizado é o da grande disputa estratégica entre a Arábia Saudita e o Irã, dois países que se tornaram diametralmente opostos desde a queda do Xá em 1979.

REFERÊNCIAS

AARTS, Paul; VAN DUJINE, Joris. Saudi Arabia and Iran: Less Antagonism, More Pragmatism. In: MIDDLE EAST INSTITUTE. *The Kingdom of Saudi Arabia, 1979-2009: Evolution of a Pivotal State*. Washington: The Middle East Institute, 2009. p. 62-64.

AGENCIA BRASILEIRA DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES E INVESTIMENTOS (APEX-BRASIL). *Arábia Saudita: Perfil e Oportunidades Comerciais*. Brasília, 2012.

Disponível:

<http://www2.apexbrasil.com.br/media/estudo/arabiasaudita_16102012190131.pdf>. Acesso em: 25 out 2013.

AL-SAFI, Mansour S. *Arábia Saudita: Política Externa e Aspectos de suas Relações com o Brasil*. Brasília: Thesaurus, 1993.

ANDERSON, Lisa. Absolutism and the Resilience of Monarchy in the Middle East. *Political Science Quarterly*, New York, v. 106, n. 1, p. 1-15, 1991. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br>>. Acesso em: 06 set 2013.

ARAB NEWS. Growing Youth Population in Saudi Offers Economic Potential. *Arab News*, Jeddah, August 22 2013. Disponível em: <<http://www.arabnews.com/news/462135>>. Acesso em: 8 nov. 2013.

BANK, André; RICHTER, Thomas; SUNIK, Anna. *Long-Term Monarchical Survival in the Middle East: A Configurational Comparison, 1945 - 2012*. Hamburg: German Institute of Global and Area Studies (GIGA), 2013. Disponível em: <<http://www.isn.ethz.ch/Digital-Library/Publications/Detail/?ots591=0c54e3b3-1e9c-be1e-2c24-a6a8c7060233&lng=en&id=160814>>. Acesso em: 18 set 2013

BRADLEY, John R. *Saudi Arabia Exposed: Inside a Kingdom in Crisis*. Nova York: Palgrave Macmillan, 2005.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (CIA). *The World Factbook*. Washington, 2013. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/sa.html>>.

COLOMBO, Silvia. *The GCC Countries and the Arab Spring: Between Outreach, Patronage and Repression*. Roma: Istituto Affari Internazionali, 2012.

COMBES, Héléne. Dónde estamos con el Estudio de Clientelismo? *Desacatos*, México, n. 36, p. 13-32, 2011.

COMMINS, David. *The Wahhabi Mission and Saudi Arabia*. Nova York: L. B. Tauris, 2006.

DELANEY, Jennifer S. *The Unlikely Partnership: The State of the U.S. – Saudi relationship*. 2009. Dissertação (Master of Arts in Diplomacy and Military Studies) – Hawaii Pacific University, Honolulu, 2009. Disponível em:

<http://www.hpu.edu/CHSS/History/GraduateDegree/MADMSTheses/files/Jennifer_Delaney_Final_MADMS_Thesis_Aug_2009.pdf>. Acesso em: 28 out. 2013.

DOUMATO, Eleanor A. Saudi Arabia. In: KELLY, Sanja; BRESLIN, Julia (Ed.). *Women's Rights in the Middle East and North Africa: Progress Amid Resistance*. Nova York: Freedom House, 2010. p. 1-33. Disponível em:

<http://www.freedomhouse.org/sites/default/files/inline_images/Saudi%20Arabia.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2013.

EL-KATIRI, Mohammed. *The Future of the Arab Gulf Monarchies in the Age of Uncertainties*. Washington: Strategic Studies Institute; U.S. Army War College Press, 2013. Disponível em:

<<http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pubs/display.cfm?pubID=1158>> Acesso em: 18 set. 2013.

EMBAIXADA SAUDITA. *Saudi Embassy in the United States*. [1945]. Disponível em: <<http://www.saudiembassy.net/issues/saudi-us-relations/>>. Acesso em: 17 nov. 2013.

ENAZY, Askar H. Saudi Wahhabi Islam in Service of Uncle Sam. In: MIDDLE EAST INSTITUTE. *The Kingdom of Saudi Arabia, 1979-2009: Evolution of a Pivotal State*. Washington: The Middle East Institute, 2009. p. 78 - 81.

GAUSE III, Gregory. *Oil Monarchies: Domestic and Security Challenges in the Arab Gulf States*. New York: Council on Foreign Relations, 1994.

GAUSE III, Gregory. Saudi-American Relations. In: MIDDLE EAST INSTITUTE. *The Kingdom of Saudi Arabia, 1979-2009: Evolution of a Pivotal State*. Washington: The Middle East Institute, 2009. p. 75-77.

GAUSE III, Gregory. *Saudi Arabia in the New Middle East*. New York: Council on Foreign Relations, 2011. (Council on Foreign Relations Report, n. 63).

GOOGLE. *Google Maps*. 2013. Disponível em:

<https://maps.google.com/maps?q=al+uyayna&ie=UTF-8&ei=67GUUorhBNCdkQe4kIGYCA&ved=0CAoQ_AUoAg>. Acesso em: 25 de novembro de 2013.

GULF COOPERATION COUNCIL(GCC). *About the GCC*. 2012. Disponível em:

<<http://www.gcc-sg.org/eng/indexfc7a.html?action=Sec-Show&ID=1>>. Acesso em: 05 nov. 2013

HALLIDAY, Fred. *Nation and Religion in the Middle East*. London: Saqi Books, 2000.

HART, Parker T. *Saudi Arabia and the United States: Birth of a Security Partnership*. Indianapolis: Indiana University Press, 1998.

HERB, Michael. *All in the Family: Absolutism, Revolution and Democracy in the Middle Eastern Monarchies*. Albany: State University of New York Press, 1999.

HUNTINGTON, Samuel P. *Political Order in Changing Societies*. New Haven: Yale University Press, 1968.

INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF). *Saudi Arabia: Selected Issues*. Washington, 2013. (IMF Country Report, n. 13/230).

JOFFÉ, George. Saudi Arabia: Victim or Hegemon. In: MIDDLE EAST INSTITUTE. *The Kingdom of Saudi Arabia, 1979-2009: Evolution of a Pivotal State*. Washington, 2009. p. 59-61.

JONES, Toby C. *Desert Kingdom: How Oil and Water Forged Modern Saudi Arabia*. Cambridge: Harvard University Press, 2010.

KANIE, Mariwan. Civil Society in Saudi Arabia: Different Forms, One Language. In: MEIJER, Roel; AARTS Paul (Ed.). *Saudi Arabia between Conservatism, Accommodation, and Reform*. Haia: Netherlands Institute of International Relations (Clingendael), 2012. p. 33-56.

KECHICHIAN, Joseph A. *Sucession in Saudi Arabia*. New York: Palgrave Macmillan, 2001.

LIBRARY OF CONGRESS. *Country Profile: Jordan*. Washigton, 2006a. Disponível em: <<http://lcweb2.loc.gov/frd/cs/profiles/Jordan.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2013.

LIBRARY OF CONGRESS. *Country Profile: Saudi Arabia*. Washigton, 2006b. Disponível em: <http://lcweb2.loc.gov/frd/cs/profiles/Saudi_Arabia.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2013.

LUCIANI, Giacomo. Oil and Political Economy in International Relations of the Middle East. In: FAWCETT, Louise L'E. (Ed.). *International relations of the Middle East*. Oxford: Oxford University Press, 2009. p. 81-103.

MEIJER, Roel; AARTS Paul (Ed.). *Saudi Arabia between Conservatism, Accommodation, and Reform*. The Hague: Netherlands Institute of International Relations (Clingendael), 2012.

MENALDO, Victor. The Middle East and North Africa's Resilient Monarchs. *The Journal of Politics*, Claxton, v. 74, n. 3, 2012.

MIDDLE EAST INSTITUTE. *The Kingdom of Saudi Arabia, 1979-2009: Evolution of a Pivotal State*. Washington: The Middle East Institute, 2009.

MOULINE, Nabil. From Generation to Generation: The Succession Problem in Saudi Arabia. In: MIDDLE EAST INSTITUTE. *The Kingdom of Saudi Arabia, 1979-2009: Evolution of a Pivotal State*. Washington: The Middle East Institute, 2009. p. 54-57.

MURPHY, Caryle. *A Kingdom's Future: Saudi Arabia Through the Eyes of Its twentysomethings*. Washington: Woodrow Wilson International Center for Scholars, 2013.

NONNEMAN, Gerd. Saudi-European Relations 1902 – 2001: A Pragmatic Quest for Relative Autonomy. *International Affairs*. Cidade, v. 77, n. 3, 2001.

NYTIMES. Saudi Troops Enter Bahrain to Help Put Down Unrest. *New York Times*, New York, March 14 2011. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2011/03/15/world/middleeast/15bahrain.html?pagewanted=all>>. Acesso em: 14 nov. 2013.

ORGANIZATION OF PETROLEUM EXPORTER COUNTRIES (OPEC). Brief History. Disponível em: <<http://www.opec.org/>>. Acesso em: 30 out. 2013.

PEREIRA, Analúcia D. Arábia Saudita: Entre o Conservadorismo Político e a modernização Econômica. *Revista Ciências e Letras*, Porto Alegre, n. 33, p. 139-160, 2003.

PROKOP, Michaela. Saudi Arabia: the Politics of Education. *International Affairs*, London, n. 79, p. inicial-final, 2003.

QASEN, Islam Yasim. *Neorentier Theory: The Case of Saudi Arabia (1950 - 2000)*. 2010. Tese de Doutorado - Faculty or School, Leiden University, 2010. Disponível em: <<https://openaccess.leidenuniv.nl/handle/1887/14746>>. Acesso em: 14 out. 2013.

RATO, Vasco; SOLLER, Diana. A Grande Estratégia Americana no Oriente Médio. *Revista Nação e Defesa*, Lisboa, n. 121, p. inicial-final, 2008.

RAZI, Hossein. Legitimacy, Religion and Nationalism in the Middle East. *The American Political Science Review*, Washington, v. 84, n. 1, 1990.

REUTERS. *Saudi Arabia Warns Foreign Workers: Get the Right Visa or Get Out*. New York: Reuters, Oct. 9 2013. Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/2013/10/09/us-saudi-expatriates-idUSBRE9980N220131009>>. Acesso em: 14 nov. 2013.

ROCHE, Alexandre. Tensões da Primavera do Mundo Árabe-Sunita: Entre o Wahhabismo Conservador e o Espírito Crítico, entre a Política do Petróleo e a Independência Econômica. *Revista Ciências e Letras*, Porto Alegre, n. 51, p. 47-56, 2012.

ROSS, Michael E. Does Oil Hinder Democracy? *World Politics Review*, Baltimore, v. 53, p. 325-361, April 2001.

SAUDI ARAMCO. *Still Going Strong: 62-Year-Old Super-Giant Ghawar Field as Productive as Ever*. Expo 2010. Shanghai, 2010. Disponível em: <http://www.saudiaramco.com/content/dam/Publications/Dimensions_Expo/GhawarStillNo1.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2013.

SMITH, Benjamin. Oil Wealth and Regime Survival in the Developing World. *American Journal of Political Science*, Houston, v. 48, n. 2, p. 232-246, 2004.

THE GUARDIAN. Dozens of Saudi Arabian Women Drive Cars on Day of Protest Against Ban. *The Guardian*, London, Oct. 26 2013. Disponível em <<http://www.theguardian.com/world/2013/oct/26/saudi-arabia-woman-driving-car-ban>>. Acesso em: 18 nov. 2013.

UNITED NATIONS (UN). *World Population Prospects: The 2012 Revision*. New York, 2012. Disponível em: <<http://esa.un.org/unpd/wpp/index.htm>>. Acesso em: 28 out. 2013.

UNITED STATES ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION (U.S. EIA.).
Countries: Saudi Arabia. 2013. Disponível em
<<http://www.eia.gov/countries/index.cfm?topL=exp>>. Acesso em: 29 out. 2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Instituto Latino-Americano de
Estudo Avançados. Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais
(UFRGS/NERINT). *Saudi Arabia: Country Profile*. [Porto Alegre], 2009. Trabalho elaborado
a partir de www.janes.com.

VAN GEEL, Annemarie. Whither the Saudi Woman? Gender Mixing, Empowerment and
Modernity. In: MEIJER, Roel; AARTS Paul (Ed.). *Saudi Arabia between Conservatism,
Accommodation, and Reform*. The Hague: Netherlands Institute of International Relations
(Clingendael), 2012.p. 57-78.

YAMANI, May. From Fragility to Stability: A Survival Strategy for the Saudi
Monarchy. *Contemporary Arab Affairs*. London, v. 2, n. 1, p. 90-105, 2009.

YOM, Sean L.; GAUSE III, Gregory. Resilient Royals: How Arab Monarchies Hang On.
Journal of Democracy, Baltimore, v. 23, n. 4, p 74 - 88, 2012.

ANEXO A – Coalitions, Oil, and Geopolitics

COALITIONS, OIL, AND GEOPOLITICS

	Cross-cutting Coalition	Hydrocarbon Rents	Foreign Patron
Morocco	Yes (business class, religious authorities, agricultural elites)	None (but offered GCC economic aid)	Yes (U.S., France)
Jordan	Yes (East Bank minorities, Palestinian business, tribal communities)	None (but offered GCC economic aid)	Yes (U.S., Saudi Arabia)
Saudi Arabia	Yes (ruling family, regional business elites, religious establishment)	High	Yes (U.S.)
Kuwait	Yes (ruling family, Sunni merchants, Shi'a minority, tribal communities)	High	Yes (U.S.)
Bahrain	No (ruling family, Sunni minority)	Moderate (but offered GCC economic aid)	Yes (Saudi Arabia)
Qatar	No (not necessary due to small homogenous population)	High	Yes (U.S.)
UAE	Yes (seven ruling families)	High	Yes (U.S., Saudi Arabia)
Oman	Yes (ruling family, regional elites from Muscat, Inner Oman, and Dhufar; tribal communities)	Moderate (but offered GCC economic aid)	Yes (U.S., Saudi Arabia)

Fonte: YOM; GAUSE, 2012, p. 86.